



REVISTA
TJPE

Impresso Especial
9912271488/2011-DR/PE
TJPE
CORREIOS

Revista do Tribunal de Justiça de Pernambuco - Ano IV - nº 6 - agosto/2013

**Plantão do TJPE
está pronto para a
Copa do Mundo**

Copa das Confederações foi um teste para os pontos de atendimento instalados na Arena Pernambuco, no Aeroporto e em São Lourenço da Mata





RESPONSABILIDADE PELA CRIANÇA E PELO ADOLESCENTE EM EVENTOS ESPORTIVOS E ESTÁDIOS DE FUTEBOL

Fique atento

A entrada e permanência de criança ou adolescente em Estádio de Futebol, bem como em boates, bares ou congêneres, ou qualquer estabelecimento comercial onde haja consumo de bebida alcoólica estão condicionadas ao acompanhamento de responsável.

Exceções:

- a) mediante alvará judicial;
- b) com autorização escrita dos pais, com firma reconhecida, a um responsável.

Mais informações sobre autorizações:

http://www.tjpe.jus.br/infancia/nudij_autorizacoes.asp



Editorial

Conhecer para poder amar

A Revista TJPE chega, com esta edição, ao sexto número e terceiro na gestão do presidente Jovaldo Nunes, quando tomou a forma atual, publicando, salvo raríssimas exceções, matérias novas, feitas especialmente para ela, a revista. Nosso objetivo, o de tornar as pessoas que fazem o Tribunal conhecidas na sua quase intimidade, leva em conta o pensamento de que “a gente não ama o que não conhece”. Estão aí, para que o leitor conheça melhor, as histórias de vida dos desembargadores Eurico de Barros Correia Filho, Mauro Alencar e Stênio Neiva, o caçula dentre os três. Ainda dentre os magistrados, a juíza Maria Segunda, que, em Olinda, realiza um trabalho profícuo, chegando perto de atualizar a agenda de julgamentos. Por parte dos servidores, e fechando com chave de ouro o rol dos entrevistados, a redação conseguiu captar lances de beleza e arte nos pincéis de Edson Ayres, o nosso artista plástico.

Afirmo, sem medo de me exceder, que o sucesso desta revista, que teve sua tiragem aumentada para atender aos inúmeros pedidos que nos chegam a cada edição, deve-se muito ao trabalho zeloso e inquestionável de Ivone Veloso e Mícarla Xavier, e ao olho clínico de Rebecka Maciel e, finalmente, ao não menos importante e, por que não dizer, imprescindível esforço da Redação que, posso dizer com certeza, é de primeira qualidade. Por fim, uma palavra ao Núcleo de Imagem, que sempre faz o melhor que pode.

Zenaide Barbosa

Jornalista e assessora de Comunicação Social do TJPE

Expediente

Produção e Revisão de Textos

Assessoria de Comunicação Social do TJPE

Chefe da Ascom TJPE

Zenaide Barbosa

Edição Geral

Ivone Veloso

Edição de Textos

Ivone Veloso

Mícarla Xavier

Zenaide Barbosa

Repórteres

Bruno Brito

Camila Barros

Dyanne Melo

Flora Freire

Ivone Veloso

Maria Eduarda Barbosa

Mícarla Xavier

Rafael Cavalcanti

Rebecka Maciel

Rosa Miranda

Vanessa Oliveira

Projeto Gráfico e Diagramação

Luciana Bacelar

Núcleo de Imagem

Adriana Lima

Aline Moraes

Felipe Cavalcanti

Fernando Gonçalves

Luciana Bacelar

Luciano Costa

Publicidade

Núcleo de Imagem

Núcleo de Áudio Visual - NAVI

Fotógrafos

Agência Rodrigo Moreira

Assis Lima

Marcos Costa

Administrativo

Gleane Gonçalves

Manoel Olímpio

Foto da Capa

Agência Rodrigo Moreira

Índice

Eurico de Barros Correia, um magistrado dedicado à Justiça e à simplicidade da vida	04	Perfil
Memórias de um aprendiz	12	Perfil
TJPE fortalece medidas de enfrentamento à violência contra mulher	18	Cidadania
Quando a compra on line traz desvantagens	25	Direitos do Consumidor
Decisão judicial obriga rede social a excluir página clonada	27	Pioneirismo
Vara do Tribunal de Júri de Olinda está entre as que mais realizam sessões	29	Destaque
Tranquilidade marca plantão do TJPE na Copa das Confederações	34	Capa
TJPE investe em mutirões de conciliação para desafogar o Judiciário	38	Conciliação
Stênio Neiva: humanismo herdado e linguagem acessível para toda sociedade	42	Perfil

Informática

46

Judiciário estadual implanta Norma de Uso Institucional de Certificados Digitais

48

Tribunal investe em Sistema de Gravação de Audiências para reduzir tempo de sessões

Corregedoria

49

TJPE aposta na Mentoria Organizacional para facilitar a adaptação dos novos juízes

51

Corregedoria do TJPE pretende integrar comunicação de cartórios com o Malote Digital

Bem-estar

52

TJpedal e a mobilidade em pauta no Tribunal de Justiça

54

Edson Ayres: o servidor que colore a vida com arte

Artigo

60

A maternidade limitada

62

Glória Feita de Sangue” (1957), de Stanley Kubrick: o horror tacanho e inexorável da 1ª Guerra Mundial no maior libelo antimilitarista jamais filmado

Eurico de Barros Correia, um magistrado dedicado à Justiça e à simplicidade da vida

Perfil biográfico do ouvidor do Poder Judiciário pernambucano, desembargador Eurico de Barros Correia, e sua atuação como julgador e homem munido de simplicidade e equilíbrio

Micarla Xavier

Para sermos completos é preciso ter a identificação com um espírito de perseverança, o orgulho de suas raízes, o amor pela simplicidade da vida e a tenacidade na defesa de suas metas e ideais. Todas essas características são facilmente encontradas no desembargador Eurico de Barros Correia Filho. Em seu gabinete no Palácio da Justiça de Pernambuco, de onde tão bem se escutam os sinos das igrejas da Rua do Imperador, ele conta um pouco da sua trajetória de vida. É o filho mais velho de uma família de cinco irmãos. É o primogênito do escrivão Eurico de Barros Correia, de quem herdou o nome, e da professora Medina. Do pai ele relembra a calma, a paciência demonstrada no cotidiano familiar. “Era um homem muito calmo, demasiadamente calmo”, conta o magistrado. A mãe, que tinha formação acadêmica em Belas Artes,

exercia o ofício de professora e, durante certo tempo, acumulou a prática docente com as funções de vice-diretora do Museu de Arte de Olinda. Eurico de Barros conta da responsabilidade materna diante da educação dos filhos: “Minha mãe cobrava boas notas dos filhos e se as nossas notas estavam baixas, ela logo contratava aulas particulares em casa. Ainda me lembro do nome da professora que nos dava esse apoio escolar esporádico: Dona Cleide”.

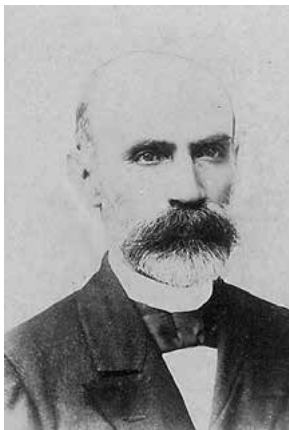
O pai do desembargador, o bacharel em Direito Eurico de Barros Correia, era titular no Cartório do Tribunal do Júri do Recife. Muitas vezes o filho o observou em meio à muita correria do cotidiano cartorário, mas repassando com atenção e paciência a sua experiência sobre o Tribunal do Júri aos estudantes e advogados que por lá passavam a trabalho. Quando estudante secundarista,



O magistrado iniciou sua carreira judicante na Comarca de Itapetim, passando, posteriormente, a atuar nas comarcas de Salgueiro, Capoeiras, Passira e Jaboatão dos Guararapes. Foi eleito desembargador do TJPE em março de 2007

e após as aulas matinais, Eurico de Barros Correia Filho costumava ir ao cartório para ajudar o pai nos serviços de fornecimento de folha corrida, de onde conseguia obter alguma renda para atender as suas despesas de jovem estudante. O avô do magistrado, Melânio de Barros Correia, que hoje nomeia uma das ruas do Bairro de Beberibe, atuou como tabelião. Melânio foi uma pessoa ativa em prol do bem social, sendo deputado constituinte em 1935 e também diretor do Abrigo Cristo Redentor. Eurico recorda, aos risos, da bonificação que o avô dava para todos os netos no período natalino. A memória do desembargador, contudo, corre para uma época mais remota da história de sua família paterna e ele cita a figura do Barão de Contendas, Antônio Epaminondas de Barros Correia, seu bisavô, e que também é nome de uma das ruas do Recife - no bairro do Espinheiro. Numa das estantes do gabinete de Eurico de Barros, encontra-se um retrato do bisavô rodeado de seus filhos, todos de frente à grande casa da família, em Escada (PE). A imagem retrata a época em que o Barão de Contendas foi presidente de Pernambuco, entre 1891 e 1892. Eurico de Barros Correia Filho conheceu o lugar que deu origem à sua família, o Engenho de Contendas, mas infelizmente o casarão familiar já estava em ruínas e ele lamenta a ausência de preservação histórica. “Conto sobre minhas origens familiares por respeito à minha história e não para ostentar... É preciso respeitar a nossa trajetória familiar e todos aqueles que nos antecederam”, diz.

Eurico de Barros Correia Filho nasceu no final do ano de 1947, na Maternidade do Recife, mas foi em Olinda onde ele viveu um largo tempo, da infância à juventude. Ele e os irmãos cresceram e estudaram no tradicional Colégio São Bento. O Colégio, na época,



Barão Antônio Epaminondas Correia



Engenho de Contendas- Antigo casarão da família Barros Correia

“

Conto sobre minhas origens familiares por respeito à minha história e não para ostentar... É preciso respeitarmos a nossa trajetória familiar e todos aqueles que nos antecederam

”

era uma referência em Pernambuco e por ele passaram ilustres personalidades. A família viveu certo período de dificuldades financeiras, quando inesperadamente faleceu o avô Melânio de Barros Correia e, em face da legislação vigente, o substituto, seu filho Eurico de Barros Correia, não conseguiu ficar com o cartório. Só posteriormente obteve nomeação para a escrivania do Tribunal do Júri do Recife. Hoje, o desembargador Eurico de Barros Correia Filho lembra da união da família, que nos fins de semana costumava visitar o casarão da avó materna, Josefina Magalhães, na Estrada de Belém. Ele também lembra das viagens realizadas pelo Colégio São Bento nas férias de julho, quando, na companhia de seus colegas de turma, passava uma semana de férias em Garanhuns. O menino Eurico, que adorava jogar futebol com os amigos da vizinhança, também apreciava ir ao cinema. Era com muita alegria que ele ia ao Cine Atlântico, localizado na Praça do Carmo em Olinda, para assistir aos filmes de Zé Trindade e da dupla Oscarito e Grande Otelo. O magistrado lembra as enormes filas que enfrentava e do quanto o cinema nacional era prestigiado e disputado pelo grande público. Nessa época, pelos 15 anos de idade, ele também aprendeu a tocar violão. As aulas foram incentivadas pela mãe, Dona Medina.

No fim da adolescência, bem antes mesmo de colocar os pés na universidade, Eurico decidiu passear pelas águas dos rios de sua cidade. Desse modo, ele treinou e fez parte da equipe de remo do Clube Náutico Capibaribe. A dedicação ao referido clube continua sendo uma de suas paixões e hobbies até os dias atuais, tanto que hoje ele segue sendo conselheiro do



Eurico de Barros Correia acompanhado de seus pais e irmãos



O magistrado em Natal no período em que serviu ao Exército



Publicação com foto da equipe de remo do Clube Náutico Capibaribe, da qual Eurico fez parte

clube. O apego ao Náutico nasceu quando Eurico, criança nos anos 50, costumava ser levado por seu pai à concentração do time, que, na época, localizava-se num terreno vizinho ao casarão de seu avô Melânio, no Bairro de Beberibe. Por ironia do destino, no início de 1996, o casarão do avô foi vendido ao Santa Cruz Futebol Clube, para que ali funcionasse um centro de treinamento, que ainda hoje existe sem muitos investimentos e desconhecido do público em geral.

Antes de ingressar na Faculdade, no ano de 1967, Eurico foi convocado para servir no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife, onde fez o curso e saiu aspirante a oficial. No início de 1968, ele fez o estágio obrigatório na cidade de Natal, obtendo a patente de 2º tenente R/2. Quando a época da escolha profissional chegou, Eurico optou inicialmente pelo curso de Economia. Ele começou a cursar Ciências Econômicas em 1968, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Dois anos depois, em 1970, decidiu também cursar Direito, na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). A escolha pela área jurídica se deu pela influência do ambiente no Tribunal do Júri e conversas com o seu pai, e ainda por ter lecionado Legislação aos soldados por ocasião do estágio militar na capital potiguar, e - fundamentalmente - porque no meio do curso de Economia, Eurico havia passado no concurso para cartorário, tendo assumido a titularidade do Cartório de Assistência Judiciária da Capital. Ao ser questionado sobre a escolha de ambos os cursos universitários, ele conta que todos os irmãos partiram para a área da Engenharia e que seus pais não interferiram na escolha profissional de

nenhum dos filhos. Em suas lembranças, não restou um único colega de turma, ou amigo contemporâneo de colégio, que tivesse cursado Direito. Além disso, o colégio não implantou o curso clássico, que fora perseguido pelo aluno José Luiz Delgado, em resgate histórico do primeiro curso de Ciências Jurídicas do Brasil. O desembargador lembra que, inclusive, José Luiz chegou a ser professor e diretor da Faculdade de Direito do Recife, assim como o pai dele, Luiz Delgado.

A rotina do jovem estudante não era nada fácil. Na época, ele morava com os pais em Olinda, se deslocava às pressas para assistir as aulas das duas faculdades (Economia no turno matutino e Direito à noite) e trabalhava no cartório. Mas foi nesse período de correria e de decisões profissionais que ele conheceu aquela que viria a ser sua esposa e mãe dos seus filhos, Edina Maria Brandão. O encontro do casal aconteceu na Faculdade de Economia. Eurico cursava o 2º ano; Edina o 1º ano. Para a sorte do jovem Eurico de Barros Correia Filho, Edina também foi tomada pelo desejo de seguir carreira jurídica e, assim como Eurico, ela passou a cursar Direito na Universidade Católica. Hoje, Edina Maria Brandão de Barros Correia, depois de ter passado pela experiência de ser advogada e delegada de polícia, é juíza auxiliar da 1ª Vara de Sucessões da Capital.

Biênio de polivalência (1987 e 1988)

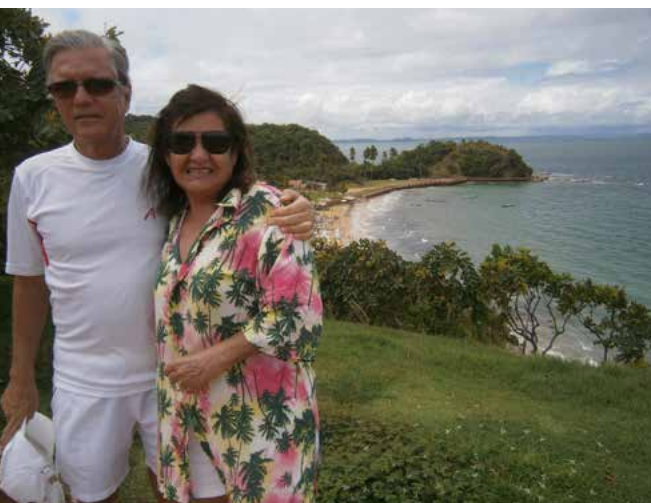
Depois de atuar 15 anos como escrivão titular dos Cartórios da Assistência Judiciária e do 1º Ofício da Fazenda Estadual, Eurico de Barros Correia Filho se dedicou à realização de concursos e

novas experiências profissionais. Nos anos de 1987 e 1988 foram vários os concursos, efetivas as aprovações, e significativas as mudanças ocorridas na sua vida. Nesses dois anos, Eurico foi – em curtos espaços de tempo – escrivão, delegado de polícia e defensor público (este cargo sendo exercido no Estado de Alagoas). Em 1988, ele ainda encontrou tempo e disposição para se candidatar a vereador do Recife, atingindo votação expressiva nas eleições do referido ano. Os últimos meses de 1988 marcam a fase final de seu concurso para juiz de direito.

A carreira judicante

Eurico de Barros Correia Filho passou a ser juiz de direito, após sua posse no primeiro dia útil de 1989 (2 de janeiro). Como juiz, ele exerceu a função nas comarcas de Itapetim, Salgueiro, Capoeiras, Passira e Jaboatão dos Guararapes. Ele conta que a experiência do cartório foi fundamental no início de sua carreira na magistratura. Conta também que atuar no interior do Estado de Pernambuco, na época, foi um grande desafio. “Eu nunca tive vida interiorana, talvez por isso eu tenha demorado tanto a fazer concurso para juiz. Trabalhar nas primeiras comarcas foi uma experiência que me trouxe muita riqueza, mas também foi um grande desafio”, confessa o magistrado.

Fotos: arquivo pessoal



Eurico de Barros e a esposa Edina Brandão



O casal acompanhado dos filhos Ana Cláudia, Adriana e Eurico Brandão

A distância da família também era dolorida para o novo juiz Eurico de Barros. A esposa, que na época atuava como delegada de polícia, e os filhos ainda crianças – Ana Cláudia, Adriana e Eurico – continuaram morando no Recife. O magistrado passou um ano e meio atuando no Sertão pernambucano, visitando a família nos finais de semana. Quando começou a atuar em Passira, comarca mais próxima do Recife, ele passou a visitar a esposa e os filhos em intervalos menores. Na época, sempre que possível, no meio da semana, Eurico aguardava o fim do expediente para seguir para o Recife e assim encontrar a sua família. O magistrado também costumava passar alguns fins de semana em Passira, pois residia na casa oficial, que lhe oferecia boas condições de moradia. “Meu filho Euriquinho muitas vezes me acompanhava e adorava ficar andando de bicicleta pela cidade”, recorda. Eurico de Barros Correia só voltou de vez ao Recife em 1993, quando passou a atuar na Vara da Fazenda Pública de Jaboatão dos Guararapes. Depois, ele foi promovido para o Recife e, durante alguns anos, atuou como juiz titular da 3ª Vara de Sucessões e Registros da Capital.

Para Eurico de Barros Correia, a palavra-mote para ser um juiz eficiente é equilíbrio. “É um cargo que nos exige controle de sentimentos, além de muita perseverança. Equilíbrio é a palavra-chave para ser um bom julgador”, diz. A atuação de Eurico no âmbito do Poder Judiciário pernambucano nunca se limitou apenas ao seu gabinete de magistrado. Ele exerceu diversos cargos administrativos no Tribunal de Justiça de

Pernambuco (TJPE), dentre estes o cargo de juiz corregedor supervisor de Vitaliciamento, juiz corregedor diretor do Fôro da Capital, assessor da Vice-Presidência (2002/2003) e da Presidência do Tribunal (2004/2005). Eurico de Barros atuou como juiz, em regime cumulativo, no Distrito de Fernando de Noronha, e como professor de Administração Judiciária na Escola Superior da Magistratura, onde também lecionou por alguns anos a matéria Direito das Sucessões. Na instituição de ensino, ele ainda exerceu o cargo de vice-diretor eleito pelo Tribunal. Apreciaador da vida acadêmica, o magistrado possui especialização em Direito Público pela UFPE.

A chegada ao cargo de desembargador do TJPE aconteceu no dia 8 de março de 2007, na gestão do desembargador Fausto Freitas como presidente da instituição. Eurico de Barros Correia foi eleito desembargador por unanimidade e integra a 4ª Câmara da Corte da Justiça pernambucana. Recentemente, ele passou a compor a Corte Especial do TJPE. Na atual gestão, o magistrado é ouvidor do Poder Judiciário pernambucano. Eurico cumpre o papel com dedicação e satisfação. Em 2012, a Ouvidoria propiciou a solução de 11.204 das 12.663 demandas recebidas pelo órgão. O desembargador destaca o quanto o trabalho é gratificante, sobretudo por notar a conscientização da população em relação aos seus direitos e por comprovar que a Ouvidoria funciona como um elo entre o jurisdicionado e o Poder Judiciário. Para atender melhor à população, e harmonizar ainda mais a relação desta com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sua gestão como ouvidor judiciário, Eurico de Barros Correia implantou mais um canal de atendimento da Ouvidoria, no térreo do Fórum do Recife, e também deu início a uma série de audiências públicas no interior, começando pela Comarca de Arcoverde.



Os netos Maria Fernanda, Júlia, Gabriela e Luciano na casa dos avós

Rotary

“Eu sou um rotariano e gostaria muito de compartilhar isso”, declara Eurico de Barros Correia, que passou a fazer parte do Rotary Clube do Recife em junho de 1996, a convite do delegado aposentado, e amigo, Carlos Afonso Ferreira. O desembargador foi saudado pelo próprio padrinho Carlos Afonso, que em seu discurso de boas-vindas ao novo membro destacou sua simplicidade e humildade. O Rotary é uma organização sem fins lucrativos que une profissionais em prol de serviços humanitários e sociais. Há 17 anos na instituição, Eurico admira a seriedade do trabalho e ainda a diversidade de atuação profissional que lá encontra. “O Rotary possibilita uma visão mais aproximada das pessoas e de variados segmentos sociais. Ser juiz é uma profissão solitária, não é fácil. De modo que também me sinto bem pelo contato com a diversidade profissional do Rotary”, diz. No Rotary, ele ainda encontra diversão, e conta inclusive que chegou a participar de um conjunto musical voltado para a MPB – denominado “Bedegueba” – na qual ele tocou violão por aproximadamente cinco anos.

Uma família alicerçada na união e no Direito

Eurico de Barros Correia Filho é casado com Edina Brandão há 38 anos. O casamento segue com solidez até os dias atuais. O casal tem três filhos – Ana Cláudia, Adriana e Eurico Brandão de Barros Correia –, que presentearam os pais com quatro netos: Maria Fernanda, Júlia, Gabriela e Luciano. A família fortaleceu os caminhos na área do Direito. Não são apenas os pais Eurico e Edina que atuam como magistrados. A magistratura pernambucana também conta com a atuação de suas filhas Ana Cláudia e Adriana, que são juízas da Corregedoria Geral da Justiça e da 3ª Vara Cível de Abreu e Lima, respectivamente. O filho caçula, Eurico Brandão de Barros Correia, é defensor público da União.

O porta-retrato com a imagem da família adorna o gabinete do desembargador no Palácio da Justiça. Para ele, uma palavra que define sua família é união: “Sou muito feliz por ter uma família unida e saudável. Tenho muito orgulho da minha esposa e de meus filhos, todos eles só me trouxeram alegria”. O magistrado olha a fotografia com atenção e fala de cada um com admiração: “Minha esposa é uma guerreira, sempre foi muito inteligente. E meus filhos... Esta é Ana Cláudia, minha filha, que é uma magistrada intelectual e escreveu um livro sobre Reprodução Humana Assistida (e suas consequências nas relações de família); Esta é Adriana, que é extremamente dócil comigo e com toda a família; Este é “Euriquinho”, o meu caçula. Quando criança, meu filho Eurico era traquino demais, hoje ele me deixa impressionado com a sua seriedade e amadurecimento”, detalha o desembargador, apontando cada membro de sua família.

Sua esposa, a juíza Edina Brandão, conta que o traço mais marcante de Eurico de



Barros Correia Filho é a perseverança. Ela reconhece e elogia traços como calma e tolerância tão bem demonstradas por ele na luta contra os obstáculos que porventura surgem no dia-a-dia. A juíza Edina Brandão também é grata ao marido pelo grande incentivo na escolha de sua profissão. “Ele é um ótimo companheiro, muito perseverante, batalhador, um guerreiro de mão cheia. É um ótimo pai, e um avô muito carinhoso. Eurico foi um grande incentivador na minha profissão, não me deixando desistir e me dando todo o apoio de que eu necessitava”, conta a magistrada.

Para a filha Ana Cláudia, o pai é um exemplo de paciência, de alguém que sabe lidar com as situações adversas sem agir com desespero. Da infância, a primogênita lembra do pai participando de partidas de futebol, juntamente com outros pais, durante os eventos de jogos escolares do Colégio Salesiano, onde ela estudava com os irmãos menores. “Ele é um pai maravilhoso, dócil; é um avô excelente, de brincar com os netinhos e se preocupar com a educação de cada um deles”, conta. A escolha profissional da juíza Ana Cláudia também foi pautada pela inspiração do pai juiz: “Apesar de não ter imposto nada em nossas escolhas profissionais, ele foi um

exemplo muito importante e sem dúvida resolvemos segui-lo”.

A juíza Adriana Brandão se emociona ao falar sobre o pai: “Meu pai gosta de cultivar amizades, de ajudar as pessoas... Ele é uma pessoa humilde e que valoriza a família, é um grande amigo. Eu o tenho como referência humana na minha vida, ele é meu ídolo!”. A magistrada também deve ao pai a realização profissional: “Ele ama o que faz, ele ama a profissão, de modo que esse sentimento evidentemente me influenciou a querer ser juíza”. Adriana ainda conta que o pai sempre foi e continua sendo muito presente no cotidiano dos três filhos e que, como avô, Eurico é dedicado e cheio de carinho com os netos.

O filho mais novo, o defensor público da União, Eurico Brandão de Barros Correia, assim como as irmãs, aponta o pai como grande inspirador e exemplo de vida. “Meu pai é referência em humildade tanto na vida pessoal quanto na profissão. Quando criança, eu costumava acompanhá-lo às comarcas do interior, onde ele iniciou sua carreira na magistratura... Nunca vou esquecer do respeito que ele dirigia às partes do processo, sempre dando atenção a todos de uma forma igualitária”, conta. Sobre sua

“

“Ser juiz é um cargo que nos exige controle de sentimentos e emoções, além de muita perseverança. Equilíbrio é a palavra-chave para ser um bom julgador”

”

escolha profissional, o defensor ressalta a importância dos passos paternos na sua vida: “Meu pai contagiou toda a nossa casa com seu amor ao Direito. E ele sempre demonstrou ser um grande entusiasta da Defensoria Pública. Foi muito emocionante tê-lo presente em minha posse como defensor, em Brasília”. O filho caçula do desembargador Eurico de Barros Correia transporta a memória para a adolescência e recorda das idas à Associação dos Magistrados de Pernambuco, nas terças-feiras, quando o pai o levava para jogar futebol ao seu lado.

O desembargador e ouvidor do Tribunal de Justiça é devoto de Nossa Senhora de Fátima e se considera um homem religioso. Na sua mesa de trabalho, ele tem versos do poeta Carlos Pena Filho. Ao lado da mesma mesa, destaca-se uma fotografia ampliada do rio no qual ele remou na juventude, o Capibaribe. Na foto também se vê o Palácio da Justiça, onde ele cumpre seu papel de julgador sempre atento às duas partes do processo, como bem relatou seu filho. O desembargador Eurico de Barros Correia é um homem completo, que é munido de simplicidade e tenacidade da defesa de seus ideais. Ele segue perseverante, e com orgulho de suas raízes, como assim fizeram o seu pai, o avô Melânio, e o bisavô Antônio Epaminondas. ▣

Memórias de um aprendiz

Um pouco da história do desembargador Mauro Alencar, que teve no pai a sua maior inspiração no trabalho e na vida

Ivone Veloso

As lembranças da infância remetem ao município de Escada, a 60 km do Recife. Foi lá que Mauro Alencar passou seus sete primeiros anos de vida, entre as brincadeiras na rua, no meio de um bando de meninos de famílias vizinhas, e as idas à escola, o Instituto São José. “Até hoje não esqueço a sensação de liberdade que é ser criança no interior. Brincávamos muito e perdíamos até a noção do tempo, da hora de voltar para casa”, recorda. A vida na pequena cidade foi deixada para trás quando o pai, o então juiz da Comarca de Escada, Antônio Luiz Lins de Barros, foi promovido para a 1ª Vara de Execuções Penais de Recife. “Quando eu e meus irmãos soubemos da mudança não queríamos vir de jeito nenhum, mas acabamos nos adaptando bem à Capital, sem problemas”, revela.

A chegada ao Recife trouxe para Mauro as primeiras impressões do que seria, na prática, o exercício da magistratura. Ainda criança, com 11 anos, ele começou a acompanhar o pai na ida aos presídios durante a realização de audiências e a inspeção da situação processual dos presos. Um dos endereços visitados era a antiga Casa de Detenção do Recife, na Rua Floriano Peixoto, no bairro de Santo

Antônio, hoje Casa da Cultura. Enquanto o juiz Antônio Lins fazia as audiências, Mauro ficava na antessala, entretido, jogando futebol de botão com os presos. “Eram presos considerados de baixa periculosidade e fabricavam as próprias peças do jogo. Ali eu comprava as peças, trocava os jogos, conversava e jogava também”, lembra.

Após a desativação da Casa de Detenção, em 1974, as visitas aos presídios com o pai passaram a se concentrar na Penitenciária Agrícola de Itamaracá, Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, e Penitenciária Barreto Campello. Dentre esses locais, o que mais lhe chamava atenção era a penitenciária de Itamaracá. Na cidade, onde a família possui ainda hoje uma pequena casa de veraneio, Mauro assistia às audiências do pai e aproveitava para se divertir no antigo Engenho São João, onde a penitenciária funcionava. “Vivi naquela época momentos únicos, de uma realidade que já não existe nos dias atuais. Havia toda a estrutura do engenho em funcionamento, como a casa grande, a moenda da cana-de-açúcar para a fabricação do caldo de cana e do açúcar. Andávamos a cavalo, eu e meus irmãos, era uma grande diversão. Até os meus 16 anos esses momentos faziam parte do meu cotidiano”, conta.



Entrada da Casa de Detenção, onde Mauro acompanhava o pai durante a realização de audiências e a inspeção processual dos presos



A rotina de vida de Mauro sofreu uma grande mudança em 1979, quando ele tinha 17 anos. O seu pai faleceu. O ano foi marcante não só pela perda do pai, mas foi neste ano também que ele conquistou seu primeiro emprego, como oficial de gabinete da Casa Civil, e foi aprovado no vestibular para o curso de Direito na Universidade Federal de Pernambuco. A mãe, Cléris Alencar de Barros, passou a sustentar a família, com o salário de bibliotecária que recebia do Arquivo Público, e com a pensão do marido falecido, que correspondia à metade do que ele recebia como magistrado. O irmão mais velho tinha 19 anos, o mais novo, 15, e a caçula da família ia completar 10 anos. “Minha mãe sempre foi uma grande mulher, companheira de meu pai, guerreira, e teve muita força para continuar criando os quatro filhos. Todos se formaram”, diz. O único que seguiu a carreira de Direito foi Mauro. Os irmãos se formaram em Informática e Engenharia, e a irmã em Fonoaudiologia.

No primeiro emprego, como oficial de gabinete da Casa Civil, o magistrado conquistou amizades que duram até hoje, como a que fez com o desembargador Francisco Bandeira de Mello e com o juiz Virgínio Carneiro Leão. Do emprego, um grande amigo que ele também recorda

é do juiz Délio Cantarelli, que faleceu prematuramente, em 2004. Na Casa Civil, trabalhava ainda como oficial de gabinete o amigo de faculdade, desembargador Alexandre Assunção. “Minhas grandes amizades surgiram nessa época”, afirma. Após três anos trabalhando na Casa Civil, Mauro, Alexandre e Délio montaram um escritório de advocacia, no qual atuaram também por três anos. Além de trabalhar em sociedade com os amigos, ele era contratado como advogado de uma empresa multinacional. A estabilidade financeira conquistada aos 27 anos de idade provocou um certo dilema em relação à melhor escolha profissional quando passou num concurso de juiz, com os dois sócios, em 1989. “Ganhava um bom salário, a empresa em que trabalhava dava todo apoio aos funcionários, mas eu pensei: ‘Se eu não fizer essa opção quanto ao meu futuro agora, depois vai ficar mais difícil’”.

A decisão foi realmente a de seguir a carreira da magistratura naquele momento. Ao assumir o cargo de juiz, Mauro foi trabalhar na Comarca de Tabira, a 400 km do Recife. Na cidade, ele não conhecia ninguém, passou a ganhar menos, mas tinha a certeza de que havia feito a escolha certa. “Nunca



Fachada do prédio da Casa de Detenção do Recife, desativada em 1974, que hoje abriga a Casa da Cultura, localizada na Rua Floriano Peixoto, no bairro de Santo Antônio

“

No exercício da magistratura, tão importante quanto a capacitação jurídica é a estabilidade emocional, e o olhar diferenciado e justo para cada situação em análise

”

tive um dia sequer de arrependimento. Eu sempre trabalhei gostando do que faço”, confessa. A escolha profissional ele atribui indiretamente ao trabalho do pai e do avô magistrados. “Jamais pensei: ‘Vou ser juiz porque meu pai e meu avô foram, mas acho que acabei sendo influenciado pelo que vi e vivi’. Meu pai era apaixonado pela magistratura, mas em nenhum momento falou para os filhos que seguissem sua carreira, até porque naquela época era bem mais difícil ser juiz. Ganhava-se bem menos e as condições de trabalho eram mais difíceis”, observa.

Depois de trabalhar nas comarcas de Tabira, Afogados da Ingazeira e Igarassu, o magistrado acabou assumindo, em 1992, a Vara de Execuções Penais da Capital, a mesma em que seu pai havia sido o primeiro titular, entre 1970 e 1979. “Eu tive a oportunidade de sentar na mesma cadeira, despachar no mesmo birô que meu pai usou por nove anos e reencontrar até presos que havia conhecido durante as audiências com ele”, declara. Os momentos com o pai na infância e adolescência foram também lembrados nas idas às penitenciárias do Estado, agora na condição de juiz. “Para mim foi uma grande honra



O pai de Mauro Alencar, o juiz Antônio Luiz Lins de Barros, que faleceu quando Mauro tinha 17 anos



O desembargador com a sua mãe, Cléris Alencar de Barros, sempre presente na formação dos filhos

passar por essa experiência porque era como se eu estivesse revivendo a história dele”, descreve.

O trabalho na Vara de Execuções Penais lhe rendeu o prêmio de Juiz do Ano da 3ª Entrância, em 1996, concedido pela Rádio Jornal do Commercio. Atuar na área de Execuções Penais representou, segundo ele, uma fase marcante na sua carreira, principalmente pelo desafio que significava. “É uma unidade judiciária apaixonante, que demanda muito empenho. Trabalha-se muito não só a parte processual, mas também questões de ordem administrativa, que exigem a interação com o Executivo para resolver situações de superpopulação carcerária ou a reivindicação de um preso, por exemplo. É preciso que se conquiste essa harmonia entre o Judiciário e o Executivo para garantir um sistema penitenciário mais equilibrado”, avalia. Ele atribui ao desafio que a unidade de Execuções Penais representa o número restrito de juízes que assumiram a titularidade da vara até hoje. No total, desde 1970, só cinco juízes atuaram na Vara de Execuções Penais da Capital. “Acabamos nos envolvendo tanto com a resolução das demandas que passamos mais tempo”, resume. Na unidade, Mauro ficou durante seis anos.

A experiência na área fez com que ele se deparasse com a realidade difícil do sistema carcerário, que tem como seu maior problema a superpopulação das penitenciárias. “Muito se fala em penas alternativas ou em regime mais brando para reduzir o número de presos, mas sempre vai haver a necessidade de prisões preventivas e também de prisões em regime fechado, quando a pena é superior a oito anos. Então, não tem como fugir da construção de mais presídios”, constata. Ao falar dos presídios, ele lembra da reformulação realizada, em 2012, no Complexo Prisional Aníbal Bruno, que foi dividido em três unidades independentes, para melhorar a segurança e as condições físicas e estruturais do local. “Foi uma ação importante realizada em busca da melhoria da situação prisional no Estado”, analisa. Uma das unidades recebeu o nome de Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros, em homenagem ao pai de Mauro. “Considero um reconhecimento significativo ao trabalho que ele desenvolveu”, pontua. As outras

duas instituições carcerárias foram denominadas Presídio Agente Marcelo Francisco de Araújo e Presídio Frei Damião.

Ao encerrar o trabalho na área de Execuções Penais, em 1998, o magistrado passou a atuar na 5ª Vara Cível da Capital, exercendo, até 2002, a função de desembargador eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), quando foi corregedor da Justiça Eleitoral, por três anos. “Tive a oportunidade nesse período de conhecer mais de perto a realidade da Justiça Eleitoral, no Estado. Foi uma experiência muito gratificante”, comenta. No TRE, ele foi condecorado com a Medalha do Mérito Frei Caneca, em 2005. A comenda tem como finalidade homenagear personalidades e instituições que se destacaram na defesa da democracia e igualdade dos direitos.

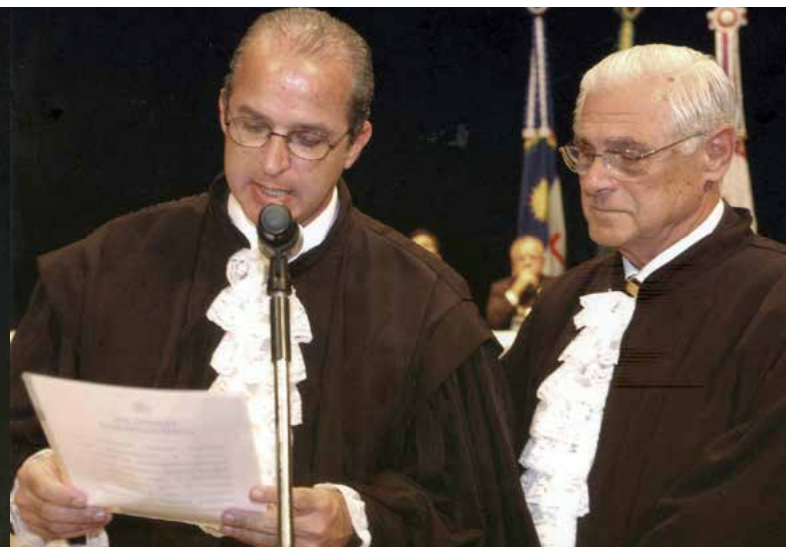
Em 2007, Mauro foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco pelo critério de merecimento, sendo lotado como membro da 2ª Câmara Criminal, onde está até hoje. No exercício da função, ele revela que busca além do conhecimento jurídico, bom senso, equilíbrio e sensibilidade para tomar as decisões da forma mais coerente possível. “Acho tão importante quanto a capacitação jurídica, a estabilidade emocional, e o olhar diferenciado e justo para cada situação em análise”, especifica.

O exercício do magistério também passou a fazer parte da vida de Mauro no período em que trabalhava na Vara de Execuções Penais, quando começou a ensinar a disciplina de Prática Forense Penal, na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape). Depois, já no TRE, foi convidado a dar aulas sobre Direito Eleitoral também na Esmape, sendo essa a única disciplina que ensina no momento. “Confesso que gosto de ensinar, interajo bem com os alunos, mas não sinto aquela paixão pelo ofício, como é com a magistratura. Tenho colegas muito mais vocacionados do que eu”, fala sorrindo.

Entre os processos que esperam a sua análise, reuniões de trabalho, e as aulas na Esmape, Mauro busca refúgio ao sair do trabalho assistindo a partidas de futebol, sua outra grande paixão. Torcedor do Sport, ele faz questão de ir aos estádios com o filho,



O magistrado e a esposa, a advogada Cláudia Alencar, acompanhados dos filhos Bruno e Beatriz



Ao assumir o cargo de desembargador, em 2007, com o então presidente do TJPE, Fausto Freitas

Bruno, de 19 anos, para assistir às partidas disputadas pelo seu time, seja no Recife ou em outra cidade. O amor à camisa vai além do campo. Ele participa há 12 anos do processo eleitoral para a escolha da diretoria do clube, atuando na organização do pleito. Para o filho, os momentos compartilhados com o pai nos jogos são marcantes. “Guardo na memória os momentos em que estamos juntos para assistir ao nosso time jogar, são instantes de total cumplicidade. Ele é um pai muito participativo tanto na minha vida, quanto na da minha irmã”, ressalta Bruno.

A filha, Beatriz, de 17 anos, descreve o pai como uma pessoa extremamente prestativa, que está sempre pronta a ajudar a todos. “Penso no meu pai como meu melhor amigo. Não importa quando ou onde, se eu precisar ele está lá”, conta. Para a esposa, a advogada Cláudia Alencar, além de ser um grande pai, Mauro se caracteriza pela dedicação ao trabalho e pela gentileza com que trata as pessoas. “É um homem muito gentil e educado. Esta é uma das suas grandes marcas”, conclui. A gentileza, enquanto eu o entrevistava, se traduziu nos gestos tranquilos, na fala pausada, no olhar de compreensão e disponibilidade para contar um pouco da sua história. □

“

“Nunca tive um dia sequer de arrependimento. Eu sempre trabalhei gostando do que faço”

”

TJPE fortalece medidas de enfrentamento à violência contra mulher

Com a instalação de novas varas especializadas, campanhas de orientação e o trabalho em parceria com outras instituições, o Poder Judiciário pernambucano avança no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher

Dyanne Melo

Maria* foi espancada a murros pelo marido, após uma discussão, no Cabo de Santo Agostinho. Joana* foi agredida a socos e pontapés em Olinda, pois seu companheiro estava inconformado com a separação. Em Jaboatão dos Guararapes, Ana* foi atingida por uma enxada pelo esposo. Já Conceição* sofreu agressões e ameaças do marido por 12 anos, em Camaragibe. Os crimes cometidos contra essas mulheres foram noticiados em veículos de comunicação, não sendo, contudo, casos isolados ou incomuns. Com frequência, os casos de violência contra a mulher são informados nos meios de comunicação, dentre tantos outros não revelados. Segundo um estudo publicado este ano pela Organização Mundial da Saúde, a violência contra a mulher mais comum é a cometida por parceiro íntimo, com afetação a 30% das mulheres em todo o mundo. De acordo com dados da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE), 276 mulheres foram vítimas, em 2011, de crime violento letal intencional (CVLI), como homicídio doloso, por exemplo; em 2012, o número foi de 211 mulheres. Ainda de acordo com a SDS-PE, 19.211 mulheres sofreram lesão corporal em 2011, e 18.785 mulheres, em 2012.

Para atenuar e erradicar os índices da violência de gênero, diversas instituições atuam em rede, promovendo políticas e ações de prevenção, assistência às vítimas e/ou punição aos agressores. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vem desenvolvendo e fortalecendo mecanismos de atuação frente à violência doméstica e familiar contra a mulher. Dentre as medidas de enfrentamento instituídas pelo Poder Judiciário pernambucano, pode-se citar o trabalho articulado com instituições parceiras,

bem como as instalações das unidades judiciárias especializadas de violência contra a mulher. As varas e os juizados de violência doméstica e familiar contra mulher se constituem como avanços estabelecidos pela Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu espancamentos e tentativas de homicídios – uma delas a deixou tetraplégica – pelo então marido, Marco Antonio Heredia Viveros.

Dispostos na referida Lei, e em consonância com a Recomendação de nº 9, de 8 de março de 2007, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os Tribunais de Justiça do País devem criar juizados especializados para atuar no combate e punição aos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. O TJPE foi o primeiro na região Nordeste a instalar na Capital, em 2007, uma unidade especializada: o Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (JVDFM), que posteriormente teve o termo “Juizado” substituído por “Vara”. A unidade conta com 7.444 processos, com uma média de 70% de pedidos de medida protetiva entre os processos distribuídos por mês. Em 2010, Recife ganhou o 2º JVDFM, que contabiliza atualmente 11.516 processos e uma média de 60 a 65%, entre os processos distribuídos mensalmente, de pedidos de medida protetiva. A juíza Marylúcia Feitosa é a responsável pela unidade. No decorrer deste último ano, o combate à violência contra a mulher ganhou reforços com a instalação de quatro das cinco novas unidades judiciárias especializadas no tema propostas para a Região Metropolitana do Recife: as Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher nas comarcas de Olinda; Jaboatão dos



Para o presidente do TJPE, desembargador Jovaldo Nunes, as varas especializadas da mulher permitem um enfoque maior no combate à violência de gênero

Guararapes; Camaragibe; e Cabo de Santo Agostinho; além da Vara em Igarassu, cuja instalação está prevista para o segundo semestre deste ano.

As novas varas foram criadas pela Lei Complementar nº143, de 18 de setembro de 2009, tendo sido o pleito proposto durante a gestão do então presidente do TJPE, desembargador Jones Figueirêdo. A finalidade para a implantação das unidades foi a possibilidade de expandir o atendimento a um número maior de mulheres. De acordo com a juíza da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar da Capital, Maria Thereza Machado, o custo para a instalação de uma unidade judiciária, atrelado ao orçamento reduzido dos Tribunais de Justiça, levou à criação de varas de violência doméstica e familiar regionalizadas, cuja atuação se expande a municípios circunvizinhos. Dentro desse contexto, a escolha das comarcas onde foram instaladas as novas unidades surgiu a partir de um estudo de averiguação

das comarcas nas quais existiam os maiores índices de processos de violência doméstica. “Foi apresentada a proposta para o Tribunal de Justiça criar varas de violência doméstica regionalizadas, agrupando comarcas contíguas, de modo a atender um maior número de pessoas”, explica a magistrada.

Instalação

A instalação das Varas Especializadas na Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher é uma das metas prioritárias da gestão do atual presidente do TJPE, desembargador Jovaldo Nunes. Das cinco unidades judiciárias propostas para a Região Metropolitana do Recife, a Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Olinda foi a primeira a ser instalada, no dia 20 de novembro de 2012. A juíza Rúbia Melo responde pela unidade atualmente. A vara, que possui jurisdição expandida ao

município de Paulista, conta com o número de 5.254 processos, com uma média de 100 a 120 pedidos de medidas protetivas por mês.

A Comarca de Jaboatão dos Guararapes foi a segunda a receber uma Vara de Violência Contra a Mulher, que ocorreu no dia 19 de dezembro de 2012. Com jurisdição também sobre o município de Moreno, a vara contabiliza 4.634 processos, tendo recebido de janeiro a julho um total de 747 pedidos de medidas protetivas. A juíza Andréa Cartaxo é a responsável pela unidade. Em seguida foi a vez da Comarca de Camaragibe ganhar uma vara especializada, instalada no dia 8 de março deste ano, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. A unidade tem como responsável a juíza titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe, Roberta Franco. Na vara, com jurisdição expandida à Comarca de São Lourenço da Mata, estão contabilizados 1.881 processos em andamento, com 66 pedidos de medidas protetivas no mês de maio.

Assis Lima



A juíza Maria Thereza Machado é titular da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Recife, primeira unidade judiciária especializada a ser instalada na região Nordeste, em 2007

A unidade instalada mais recentemente foi a Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca do Cabo de Santo Agostinho, no dia 10 de junho deste ano. A unidade judiciária tem como coordenadora a juíza titular da 3ª Vara Cível do Cabo, Hélia Viegas, que responderá pela vara até a designação de outro magistrado. Com processos originários das varas criminais das comarcas do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, município sob o qual a unidade tem jurisdição, a expectativa era de que 1.500 processos fossem distribuídos. Seiscentos e cinquenta medidas protetivas já foram ajuizadas.

Competência e atuação

Os juizados e varas de violência contra a mulher, de acordo com o disposto no artigo 14 da Lei Maria da Penha, têm competência cível e criminal para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. O atendimento direcionado é um dos principais benefícios dessas unidades. De acordo com a juíza Maria Thereza Machado, os crimes contra a mulher têm peculiaridades que demandam uma atuação mais específica da Justiça, uma vez que, na grande maioria dos casos, vítima e agressor convivem no mesmo núcleo familiar. Em alguns locais onde não existem as unidades especializadas, os processos de violência doméstica e familiar contra a mulher tramitam nas varas criminais, junto a processos como roubo ou latrocínio, impossibilitando ao juízo um trabalho direcionado

A vara especializada da mulher em Camaragibe contabilizou mais de 1500 processos, desde sua instalação, em março, até o mês de junho. A juíza Roberta Franco responde pela unidade



ao tema. Daí a importância das varas especializadas.

Ao falar da relevância dessas varas, o desembargador Jovaldo Nunes lembra do número de processos relacionados a crimes contra mulher nas unidades já instaladas. Só nas duas varas especializadas da mulher no Recife existem cerca de 20 mil processos. Juntando aos processos de Camaragibe, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho deve haver mais de 30 mil ações de violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesse sentido, o presidente destaca a competência das varas ao tratar esses processos de modo especializado e com mais rapidez. “As Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher se tornam relevantes porque são varas especializadas, que permitem um enfoque maior no combate a esse tipo de crime. À medida que o atendimento é especializado, o trabalho flui com mais rapidez”, afirmou o magistrado.

Já a juíza da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Camaragibe, Roberta Franco, destaca a boa qualidade da estrutura das varas, bem como a capacidade de processamento mais ágil conseguida com a instalação das unidades especializadas. “As varas permitiram uma celeridade muito grande. Antes existiam processos parados, alguns já estavam prescritos, não tendo a prioridade que deveriam ter”, afirmou. Para a magistrada, essa estrutura

e o trabalho direcionado feito com o apoio de uma equipe interdisciplinar permitem aumentar a eficácia das decisões. “Os processos chegam e de imediato as medidas protetivas vão sendo apreciadas”, acrescenta a juíza Roberta Franco.

Nesse sentido, um dos avanços da instituição das varas especializadas é o trabalho de uma equipe multidisciplinar. Formado por profissionais especializados das áreas psicossocial, jurídica e de saúde, a equipe atua prestando atendimento às vítimas, bem como aos acusados e filhos do casal; orientando quanto a possíveis encaminhamentos para a rede pública de saúde e assistência social; entre outras atividades. A juíza Maria Thereza Machado explica que nos locais onde não há vara especializada, o juiz não dispõe dessa equipe multidisciplinar, que para ela é de suma importância. “Os psicólogos e assistentes sociais trabalham na vara dando suporte técnico tanto ao juiz, como ao promotor de justiça, ao defensor público e às próprias partes do processo”, acrescenta.

Uma das atribuições da equipe é a orientação às mulheres vitimadas, tendo escopos variados, como instrução sobre os tipos de violência existentes, os mecanismos que as vítimas dispõem para cessar aquela situação, a aplicação da Lei Maria da Penha, dentre outros. A juíza explica que a violência doméstica e familiar, segundo estudos, se dá, muitas vezes, dentro de um ciclo, que começa com xingamentos, agressões de

intensidades variadas, chegando ao auge do episódio violento, até que o casal passa por uma fase de lua de mel, com pedidos de desculpas e promessa de não repetição das agressões, para depois o ciclo de violência repetir-se até com mais intensidade. “Então a equipe multidisciplinar é muito importante nesse tipo de intervenção porque vai mostrar à mulher o que é o ciclo da violência e quais são os tipos de agressões”, explica. As orientações também se estendem aos agressores, para esclarecer acerca da criminalização dos atos de violência praticados por eles. Ademais, a juíza acrescenta que a equipe multidisciplinar acompanha também o cumprimento das penas alternativas impostas aos sentenciados. O intuito do acompanhamento é de monitorar o cumprimento da sentença, assim como oportunizar o sentido pedagógico da mesma ao ofertar ao sentenciado uma oportunidade de repensar a sua vida a partir de novos paradigmas. A psicóloga Paula Targino explica que durante o primeiro ano de cumprimento da pena, o sentenciado precisa comparecer uma vez por mês à vara, com o objetivo de receber o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar e de ser avaliado periodicamente pela prestação de serviço e/ou tratamento determinado judicialmente. No segundo ano de cumprimento da pena, os sentenciados participam do grupo de reflexão e/ou oficina realizado pelo setor psicossocial da 1ª Vara.

A expectativa é de que as Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher sejam expandidas para o interior do Estado, de modo a possibilitar a ampliação do atendimento às mulheres em situação de violência. Essa ampliação pretendida reforça o trabalho comprometido da atual gestão com a instalação de novas unidades judiciárias, de modo a ampliar a atuação da Justiça. “Nós temos instalado fóruns e varas e aparelhado melhor o Poder Judiciário para atender a população de uma forma mais eficaz”, destacou o magistrado. Com relação à instalação de novas unidades especializadas na mulher, e de acordo com o presidente Jovaldo Nunes, a pretensão é de que seja remetido um projeto de lei à Assembleia Legislativa de criação de três ou quatro varas especializadas no interior do Estado de Pernambuco. As comarcas que vão receber as unidades especializadas ainda não estão definidas, mas a ideia inicial é que essas novas varas sejam localizadas em Caruaru, Garanhuns, Petrolina e Serra Talhada, com jurisdição estendida a municípios vizinhos. Ainda de acordo com o presidente, a definição de quais receberão as unidades depende de uma avaliação e estudo feitos pelo colegiado do Tribunal de Justiça. Para a juíza Roberta Franco, as instalações das Varas de Violência Contra a Mulher se constituem como excelentes iniciativas da Presidência, pois “demonstram uma gestão inovadora e preocupada, que prioriza o enfrentamento desse problema tão grave para a sociedade e, especialmente, para a mulher”.

Projeto Caminhos

Um dos avanços do Poder Judiciário estadual no combate à violência de gênero foi a elaboração do Projeto Caminhos. Fruto de um convênio celebrado com a Secretaria de Defesa Social, o projeto foi pensado pelo setor psicossocial da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Capital, tendo como objetivo orientar as vítimas de violência doméstica. De acordo com a juíza Maria Thereza Machado, a proposta surgiu a partir da percepção de que existiam mulheres que chegavam à vara e não tinham um conhecimento preciso sobre a Lei Maria da Penha, os direitos que possuíam e os trâmites existentes após a realização

da ocorrência policial na delegacia, entre outras questões. O objetivo do projeto piloto é que as mulheres vítimas do crime de lesão corporal recebam, ao prestar a queixa policial, uma carta convite para comparecerem às reuniões de orientação na 1ª Vara. O projeto tem como atuação inicial as mulheres vítimas de lesão corporal, uma vez que nesse crime não é permitida a desistência do processo pela mulher após o registro da queixa. O protocolo de intenções para a realização do projeto foi assinado no Dia Internacional da Mulher, em 8 de março deste ano. Para o início da realização das reuniões, o setor psicossocial da 1ª Vara de Violência Contra a Mulher da Capital aguarda a conclusão das assinaturas do convênio, procedimento que precede a fase de orientação dos profissionais parceiros deste projeto que vão atuar na sensibilização e convite às vítimas para participar das reuniões na 1ª Vara.

Durante os encontros, as mulheres serão orientadas sobre, por exemplo, a aplicação das medidas protetivas de urgência; a possibilidade de encaminhamento aos programas do Governo; o acompanhamento psicológico para os filhos; e o apoio jurídico; bem como orientações sobre o ciclo de violência e a Lei Maria da Penha. “Serão reuniões e oficinas, onde a mulher será acolhida em um primeiro momento, antes mesmo do início do processo judicial”, acrescenta a magistrada. A presença da vítima não será compulsória, mas a juíza Maria Thereza destaca a importância da delegacia em instruir as ofendidas a comparecer às reuniões. De acordo com servidoras da equipe multidisciplinar da 1ª Vara, a psicóloga Paula Targino e a assistente social Tatiana Craveiro, a intenção é realizar reuniões quinzenais de uma hora de duração, com um grupo rotativo de 15 a 20 mulheres. “Muitas vezes, entre a prestação da queixa e a sentença final existe um tempo, ficando a mulher perdida sem saber a quem recorrer se acontecer outro episódio, por exemplo. Assim, serão dadas orientações gerais para que ela possa ficar mais próxima da Justiça e se sentir apoiada”, explica Tatiana Craveiro. De acordo com Paula Targino, e a depender da demanda, o número de reuniões por mês pode vir a aumentar, passando a ter frequência semanal.

Além do Projeto Caminhos, e em comemoração aos seis anos de atuação da unidade, a 1ª Vara de Violência Contra a Mulher lançou, no dia 8 de março de 2013, um folder educativo e informativo, com a campanha “Silêncio não protege: denuncie!”. No folder, há informações sobre a Lei Maria da Penha, a importância da denúncia, bem como os principais endereços e telefones das instituições que fazem parte da rede de enfrentamento à violência de gênero. O material foi distribuído em delegacias, e postos de saúde. Houve ainda a afixação de banners da campanha em ônibus. Uma das inovações do folder é a explicação em passo a passo sobre os desdobramentos judiciais a partir do registro da ocorrência, que podem culminar na instauração de dois processos: o processo civil, caso tenha sido requerida a aplicação de medidas protetivas, e o processo criminal, caso tenha sido relatada a prática de um crime.

* Os nomes das vítimas de violência foram modificados.

Mudança na nomenclatura de Juizado para Vara

No final do ano passado, o Poder Judiciário pernambucano alterou a nomenclatura das unidades judiciárias que tratam da violência doméstica e familiar contra a mulher, trazendo a substituição do termo “Juizado” por “Vara”. A mudança, disposta na Lei Complementar nº 209, de 1º de outubro de 2012, trouxe mais clareza à atuação das unidades especializadas na temática. De acordo com juíza da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Capital, Maria Thereza Machado, a utilização do termo “Juizado” causava certa confusão entre os Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e os Juizados Especiais Criminais, no que tange à atuação e aplicação da legislação. Os Juizados Especiais Criminais são disciplinados pela Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, sendo a aplicação da referida lei expressamente proibida pelo artigo 41 da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

A juíza Maria Thereza Machado explica que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Adin nº 4.424 e a ADC nº 19, interpretando os dispositivos da Lei Maria da Penha a partir do art. 226, § 8, da CF, entendeu que o crime de lesão corporal leve é de ação penal pública incondicionada. Ou seja, a vítima do delito não terá como, por sua vontade, evitar a instauração ou o

prosseguimento da investigação, posto que a titularidade da ação é do Ministério Público. Nas unidades judiciárias especializadas, segundo a magistrada, também não é possível a aplicação de medidas despenalizadoras, como a transação penal ou a suspensão do processo; dispositivos esses permitidos pela Lei dos Juizados Especiais Criminais. A proposta para a mudança na nomenclatura foi, então, apresentada ao Tribunal de Justiça, de acordo com a magistrada, para que fosse afastada, de modo mais explícito, a possibilidade de aplicação da Lei nº 9.099/1995. “A Lei Maria da Penha trouxe a nomenclatura de Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher mais com sentido de que a unidade judiciária funcionasse como um núcleo de apoio à mulher vítima de violência doméstica e familiar. Não sendo possível a aplicação da Lei nº 9.099/1995 era incoerente adotar o nome de juizado, quando na verdade se trata de uma vara especializada”, afirmou a juíza.

Agência Rodrigo Moreira



A secretária da Mulher, Cristina Buarque, destaca a efetiva parceria com o Judiciário pernambucano no enfrentamento à violência de gênero

Entrevista

TJPE e Secretaria da Mulher: parceria no combate à violência de gênero

Com o objetivo de unir esforços para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) desenvolve ações integradas a instituições parceiras. A Secretaria da Mulher (SecMulher), órgão do Governo do Estado de Pernambuco criado em janeiro de 2007, é uma das instituições parceiras da Justiça estadual. Em entrevista para a Revista TJPE, a secretária da Mulher, Cristina Buarque, aborda o trabalho desenvolvido pela SecMulher e as ações promovidas em parceria com o TJPE, que contribuem para a diminuição dos índices de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Como a Secretaria da Mulher trabalha no combate aos crimes de gênero?

Cristina Buarque: A partir de 2007, o Estado de Pernambuco começa a ter uma política de enfrentamento à violência contra as mulheres completamente afinada com a Lei Maria da Penha, uma política integrada a todos os atores que podem construir esse enfrentamento. A Secretaria da Mulher vem fazendo essa política através de uma constante articulação com outros órgãos do Governo estadual e dos outros Poderes, Promotoria, Defensoria, e Poder Judiciário. Em 2007, foi lançado o 1º Plano Estadual para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra as Mulheres. Também em 2007, foi lançada a primeira campanha de

enfrentamento à violência contra a mulher de Pernambuco: “Violência contra mulher é coisa de outra cultura”. Nesse mesmo ano, nós aderimos à campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, com a campanha “Basta de violência contra a mulher”. A partir dessas ações, houve o aumento do número de delegacias especializadas, estadualização da rede de casas de abrigo, e apoio à criação de organismos municipais de políticas para mulheres. Temos 184 municípios em Pernambuco; destes, 137 já têm um organismo municipal, ou seja, já tem capacidade de capilarização. Em 2007, foram lançadas a primeira Vara e a primeira Defensoria Pública especializadas da mulher. Com a criação da Secretaria da Mulher tem-se um marco de todo trabalho de enfrentamento à violência contra mulher, do ponto de vista do aparato do Estado. Tivemos a retomada da discussão sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, e em 2008 ele passou a funcionar. São muitos canais de participação na sociedade e também muitos serviços que vão sendo agregados a esses processos.

Como tem sido a parceria entre o Poder Judiciário pernambucano e a Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco no combate à violência contra a mulher?

Cristina Buarque: A parceria com o Judiciário é fundamental. O Executivo e o Judiciário são Poderes muito diferentes, que se organizam de formas distintas, mas nós estamos entrando em equilíbrio, com conversas e propostas. A primeira proposta foi a criação das varas. Foi discutido que na Região Metropolitana do Recife se concentra o maior número de pessoas e também o maior número de crimes. Foi feita uma disposição de modo que tivéssemos seis varas na RMR, e que essas varas atendessem a mais de um município. Com isso, teríamos a primeira vara no Recife, e mais uma segunda. Depois, uma vara em Olinda, que atendesse Olinda e Paulista; uma em Camaragibe, que atendesse Camaragibe e São Lourenço da Mata; uma em Igarassu, que atenderia Igarassu, Itapissuma, Itamaracá, Araçoiaba, e Abreu e Lima; uma vara em Jaboatão, que atenderia Jaboatão e Moreno; e uma vara no Cabo de Santo Agostinho, que atenderia também o município de Ipojuca. As varas foram criadas e começaram a ser implantadas. Em paralelo a isso, fomos trabalhando também as delegacias especializadas. Esse foi o primeiro momento dessa parceria. O segundo momento foi a discussão de juntar a esse processo a criação de varas em Petrolina, Garanhuns, Serra Talhada e Caruaru. Com isso, teremos mais de 54% da população assistida. A parceria também se apresenta na formação da Câmara Técnica do Pacto Pela Vida para enfrentamento da violência de gênero contra a mulher e na Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher [instituída pelo TJPE, na Resolução de nº 313]. Fomos construindo redes de enfrentamento à violência contra mulher, com formação dos profissionais que atuam nesse enfrentamento, tudo isso é parceria que foi proliferando.

Qual a importância do trabalho integrado de toda a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher?

Cristina Buarque: Os crimes de violência doméstica e familiar não são crimes que a inteligência policial possa desvendar, porque esses crimes são dispersos na sociedade. Em todas as classes sociais tem uma mulher apanhando do marido ou do companheiro ou do filho, sendo um crime que geralmente passa muito tempo encoberto pelos lares. Por isso, o enfrentamento à violência contra mulher é algo muito artesanal, onde se trabalha completamente a ideia de que as mulheres não são objetos de posse dos homens. As mulheres são agredidas simplesmente como uma forma de corretivo, então o trabalho é tirar isso do imaginário de todos, deles e delas. Para isso, é preciso esse aparato e muito mais. Em 2006, nós tivemos 320 mulheres assassinadas em Pernambuco, um número altíssimo. Em 2007, com o começo desse aparato, o número caiu para 276, chegando a um número de 210 mulheres assassinadas em 2012. Este ano, tivemos, em maio, 29 assassinatos de mulheres, praticamente a média de uma mulher por dia. Por isso, já estamos em alerta.

Como a parceria com o Tribunal de Justiça tem contribuído para a diminuição dos índices de violência contra a mulher? O que ainda precisa ser feito?

Cristina Buarque: Com essa junção fica bem mais explicitada a punição e a criminalização dos atos de violência contra as mulheres, e o Judiciário tem um papel fundamental nisso. O ponto é a visibilidade dada à dimensão do problema. É preciso ainda criar mais varas e intensificar a formação dos profissionais das unidades especializadas. □

Quando a compra online traz desvantagens

Sites de compra coletiva são as empresas online que apresentam o maior número de processos no Tribunal de Justiça de Pernambuco

Camila Barros



Andrea Barbosa ficou sem receber o photobook (livro de fotos) que comprou do Peixe Urbano para presentear seu pai

Ao comprar um photobook (livro de fotos) através do site de compra coletiva Peixe Urbano para presentear seu pai, a assistente social Andrea Barbosa Leite de Sá não imaginava que ia ter tanta dor de cabeça. Ela afirma que ao realizar a compra, o site colocou explicitamente que o frete do produto era gratuito. “Mas as empresas fornecedoras do photobook me enviaram vários e-mails cobrando o frete, ou seja, cobrança indevida”, explica a assistente social.

No Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) existem processos contra vários sites de comércio virtual, porém os de compra coletiva são os que mais possuem ações. Por exemplo, o Groupon e o Peixe Urbano têm, juntos, 200 processos, somando as ações do ano passado para cá, sendo 132 do Groupon e 68 do Peixe Urbano. Esses sites intermediam a venda de vários produtos, que são oferecidos em suas páginas por um preço bem abaixo do encontrado no mercado. As empresas utilizam os sites de compra coletiva para vender um produto, em grande quantidade e rapidamente, com o intuito de fidelizar o cliente à loja ou à marca. Porém, às vezes, o que aparenta ser uma vantagem para o consumidor, termina se tornando um problema.

Quando as cobranças começaram a ser feitas, Andrea Barbosa enviou e-mails afirmando que no ato da compra o Peixe Urbano garantia que o frete era gratuito. “Falei por e-mail tanto com a Indimagem e a Rede Fotos, empresas fornecedoras do photobook, quanto com o Peixe Urbano, mas eles davam um prazo de cinco dias para resolver o problema e nunca resolveram”, explica. Terminou que o prazo para utilizar o cupom venceu e a assistente social ficou sem o produto. “No fim eu fiquei sem dar o presente do meu pai de Dia dos Pais porque eles diziam que só podiam enviar o photobook se eu pagasse o frete”, lamenta.

O juiz da 1ª Vara Cível da Capital e professor de Direito do Consumidor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), Luiz Mário Moutinho, explica que, caso haja algum problema com a compra virtual, o indicado é primeiro entrar em contato com o site onde foi realizada a compra. “Lembrar de guardar o e-mail enviado ao site com a reclamação, porque servirá de prova. Ele vai lhe responder alguma coisa, e aí você terá mais uma prova a seu favor”, comenta Luiz Mário. Se o caso não for resolvido junto ao próprio site, o cidadão pode procurar os Juizados Especiais e a Justiça Comum. No caso dos Juizados, se o valor do produto for de até 20 salários mínimos, não precisa de advogado. “Pode-se ir direto ao Juizado, reclamar, levar os documentos que atestam a compra e o pagamento, o e-mail da reclamação e a resposta do vendedor”.



Roberta Bezerra de Andrade, também teve problemas com a compra virtual, ao adquirir um celular através do Groupon que, alguns dias depois, apresentou defeito

Mas prevenir também é importante. O juiz alerta para que o consumidor procure informações e classificações de pessoas que já compraram no site, antes de realizar a compra. “Geralmente os sites disponibilizam um espaço para comentários. Essa é a melhor maneira de saber se ele é confiável”. Há também outros fatores que indicam a segurança do site, como o cadeado que demonstra se a página é segura.

A técnica judiciária Roberta Bezerra de Andrade também teve problemas com a compra virtual. Ela adquiriu um celular através do Groupon que, alguns dias depois, apresentou defeito. “Eu entrei em contato com a Colortech, loja que vendeu o produto, e eles me disseram para devolver o celular via Sedex, para consertar”, relatou. Quando o celular foi devolvido a ela, apresentou outro defeito. “Então falei de novo com a loja e devolvi mais uma vez o produto. Depois de um tempo, tentando entrar em contato, eles me disseram que minha compra foi cancelada porque não tiveram como consertar o aparelho”, afirmou. O Colortech, então, avisou que o reembolso deveria ser feito pelo Groupon. Foi quando começou a dificuldade para tentar se comunicar com o site. Após ligar várias vezes e mandar e-mails, eles avisaram que iam entrar em contato com a Colortech para resolver o problema, mas não deram uma posição firme sobre o assunto. Depois de cerca de dois meses, o serviço de atendimento do Groupon pediu os dados da conta bancária de Roberta de Andrade, mas não respondeu ao e-mail que ela mandou perguntando sobre o prazo de entrada do reembolso. “Foi aí que eu decidi entrar na Justiça”, explicou.

Os sites de compra coletiva propõem um contrato a determinados estabelecimentos para que eles dêem um preço promocional ao produto, então o site divulga, fazendo com que várias pessoas comprem, pois o preço está mais baixo que o normal. “O que acontece aí é que, às vezes, quem falha não é o site de compra coletiva, é a empresa com que ele contratou, mas se der algum problema respondem os dois”, explica o juiz Luiz Mário.

Mesmo depois do que aconteceu a assistente social Andrea Barbosa diz que ainda realiza compras on-line, mas não no Peixe Urbano. “Agora tenho muito mais cuidado. Eu pesquiso se tem alguma reclamação de outros consumidores no site antes de comprar”. A técnica judiciária Roberta de Andrade também não voltará a comprar no Groupon. “Tanto que tenho um crédito lá, que vai vencer em setembro, e eu nem usei”.

Luiz Mário Moutinho ainda afirma que na maioria das vezes o consumidor é que tem a razão. “As nossas empresas não são tão



Segundo o juiz Luiz Mário Moutinho, na maioria dos casos o consumidor é que tem razão

cuidadas como as dos Estados Unidos, por exemplo. Para eles, o consumidor é muito importante, eles sabem que um consumidor insatisfeito gera muitos consumidores insatisfeitos; aqui nós não temos essa cultura”, opina.

Para Andrea Barbosa, recorrer à Justiça é muito mais que só receber a indenização. “É ser responsável no exercício da cidadania, cobrar o justo, lutar por uma sociedade justa. É também uma maneira de chamar atenção dos órgãos competentes e de prevenir que outras pessoas tenham seus direitos violados”, finaliza a assistente social.

Mudanças

O Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Plandec), que entrou em vigor no dia 16 de maio deste ano, dedicou um capítulo ao Comércio Online, trazendo mais especificidade em relação ao direito do consumidor que compra através da internet. “Não quer dizer que o Código do Consumidor não se aplica, ele se aplica. O decreto só vai dar mais especificidade ao que já está previsto de maneira geral no Código de Defesa do Consumidor”, afirma o juiz Luiz Mário Moutinho.

O Plano é um conjunto de medidas que tem o objetivo de garantir a melhoria na qualidade de produtos e serviços, bem como o aperfeiçoamento das relações de consumo. Com o Plandec, os sites de vendas on-line terão de prestar informações claras sobre seus produtos e serão obrigados a ter um canal ativo de atendimento ao consumidor. Além disso, serão criados procedimentos sobre o exercício do direito de arrependimento. “A pessoa que compra pela internet tem um prazo de sete dias para se arrepender. Não precisa o produto estar com defeito”, explica o juiz. Já a pessoa que compra fisicamente não tem esse direito. “Na aquisição física, pelo fato de você estar na loja, de dialogar com o vendedor, de ter o contato direto com o produto que você está comprando, a sua compra é mais consciente”, diz Luiz Mário Moutinho.

O Plandec também regularizou os sites. “A regulamentação, agora, obriga quem comercializa pela internet a colocar o endereço virtual, o endereço físico, o CNPJ, contatos e central de atendimento para reclamação dos usuários. Tudo de uma forma clara para o comprador”, explica o juiz. Segundo ele, no Código do Consumidor esse é um direito básico geral, o direito de ser informado. A regulamentação, então, esclarece quais são as informações necessárias no caso das páginas de compras virtuais. □

Decisão judicial obriga rede social a excluir página clonada

Liminar foi proferida um mês depois da vítima, Adriana Magalhães, entrar com uma ação contra o Facebook

Vanessa Oliveira

Quando recebeu o telefonema de um casal de amigos, Adriana Magalhães não acreditou no que ouviu. Alguém tinha invadido o seu perfil no Facebook e estava conversando com os contatos dela através do bate-papo. “Impossível ser eu”, afirmou assustada. Afinal, estava na casa de uma amiga, sem acesso à internet, naquele domingo de abril de 2012. Começava, a partir de então, a batalha da turismóloga, de 27 anos, contra a rede social para retirar do ar a página clonada. E a primeira vitória chegou cinco meses depois do crime, no dia 14 de setembro, através de uma decisão liminar inédita no Brasil, proferida pela juíza Karina D’Almeida Lins, da 23ª Vara Cível da Capital, que obrigava o Facebook a retirar a página hackeada da rede, sob multa diária de R\$ 500.

No Brasil, 71 milhões de pessoas são usuárias ativas do Facebook. Adriana faz parte desse grupo há três anos e nunca teve problema com a rede social, até a página dela ser clonada em 2012.

Agência Rodrigo Moreira



A turismóloga Adriana Magalhães teve a página do Facebook clonada e buscou seus direitos na Justiça

Para saber o que estava acontecendo, a turismóloga precisou criar uma nova conta, pois sua senha já havia sido alterada pelo cracker, pessoa que se utiliza do conhecimento de Informática para praticar crimes na internet. Ele é diferente do hacker que não possui a finalidade criminosa.

A turismóloga afirma que demorou para perceber o que estava acontecendo. “Eu não sabia o que realmente tinha acontecido. Quando comecei a ter uma noção do que tinham feito comigo, passei a salvar tudo o que a pessoa postava em meu nome. Logo depois disso, contratei um advogado”, declarou. Adriana tentou, por diversas vezes, junto ao próprio Facebook, retirar a página do ar, através da opção Denunciar. Seus amigos também denunciavam a página. Apesar disso, a página clonada não foi desativada pelos gerenciadores.

Enquanto tentava, junto ao Facebook, a desativação da conta, Adriana também registrou um boletim de ocorrência na

Delegacia de Repressão aos Crimes Patrimoniais (Depatri), localizada no bairro de Afogados, denunciando o que estava acontecendo. Contudo, o Estado não possui uma delegacia especializada em crimes cibernéticos e, por isso, ela era passada de órgão para órgão. “Quando eu liguei para a Polícia Civil, fui encaminhada para a Polícia Federal (PF). Ao entrar em contato com a PF fui informada de que o contingente não era suficiente, que eles entrariam no caso se tivesse algo ligado à pedofilia e estelionato, por exemplo. Como não era nenhum desses casos, voltei para a Polícia Civil. E nessa situação, acabei ficando perdida, porque meu caso não se enquadrava em nenhum dos dois”, declarou.

Durante os quatro meses que Adriana buscou uma resolução sem o auxílio da Justiça, várias mensagens privadas que trocava com amigos, foram publicadas. “Muitos amigos me procuravam para dizer que meu Facebook estava com vírus, por que minhas conversas estavam

sendo publicadas. Eu precisava explicar que alguém tinha roubado a minha conta. Além disso, tinha que adicionar todos os amigos de novo e pedir pra bloquear meu antigo perfil. Era todo um processo que eu tinha que repetir todos os dias”.

Apenas no mês de agosto, a turismóloga impetrou uma ação contra o Facebook, solicitando, com pedido de urgência, a retirada da página clonada do ar. No processo, ainda consta uma indenização por danos morais e um pedido da quebra do sigilo do IP, que identifica o computador de onde partiram as postagens.

Processos desse tipo, envolvendo o Facebook, ainda são novos não apenas na Justiça pernambucana, como também na brasileira. No Estado, oito casos foram registrados de 2012 até ao primeiro semestre de 2013. No Recife, foram cinco processos e, no interior, três ações.

A primeira decisão liminar, no País, que obrigou o Facebook a retirar uma página clonada do ar, foi proferida pela juíza Karina D’Almeida Lins, da 23ª Vara Cível da Capital, menos de um mês depois de Adriana entrar com uma ação ordinária de Obrigação de Fazer Cominada com indenização moral, contra a rede social. A questão de danos morais ainda não foi decidida.

Adriana Magalhães ficou impressionada com a celeridade processual nesse caso. Foi a primeira vez que ela precisou recorrer à Justiça. “É ótima a sensação de ser atendida rapidamente pela Justiça. É muito bom você conseguir enxergar que as coisas funcionam. A juíza viu todas as provas e constatou que aquilo estava me prejudicando e então correu para resolver o meu problema”.

A magistrada Karina D’Almeida Lins explica que decisões desse tipo são apreciadas rapidamente. “Essas liminares são expedidas em 24 ou 48 horas, no máximo. Outros casos urgentes também são apreciados de forma rápida, para evitar um prejuízo maior ainda com o passar dos dias”, afirmou.

Segundo Adriana Magalhães, o Facebook retirou a página clonada do ar, assim que recebeu a notificação judicial. “Essa foi a primeira etapa da minha batalha. Ainda falta descobrir quem praticou isso. Mas eu já posso ficar mais tranquila porque aquele sentimento horrível de ter sua vida controlada por outra pessoa já passou. Eu ainda preciso descobrir quem fez isso comigo. Essa pessoa tem que responder por isso”, desabafou.

Ela ainda afirma que tarefas simples do dia a dia, como trabalhar, foram esquecidas por causa do transtorno. “Durante esse tempo que a página ficou no ar, eu não conseguia mais trabalhar. Minha vida era entrar no Facebook, ver a cada minuto o que a pessoa estava postando em meu nome e salvar tudo que eu podia”.

De acordo com a juíza Karina D’Almeida Lins, a atitude de Adriana é a mais correta nesses casos. “Quem quer reclamar tem que ter isso registrado, fotografar, salvar no computador. Todas as provas que você puder reunir são importantes, pois ajudam tanto a Justiça quanto a polícia”. A magistrada ainda afirmou que é necessário registrar um boletim de ocorrência.

A juíza também possui uma conta no Facebook. Ela afirma que no início do processo tomou providências para evitar a possível invasão de um cracker. “Por prevenção, eu mudei o nome do meu perfil, pois fiquei com medo que pudesse ser invadido”, declarou. Ela ainda afirmou que é importante que o próprio usuário procure meios para se proteger. “Hoje em dia, os jovens têm muitas curiosidades e conhecimento nessa área. Para os que possuem este conhecimento, não é tão difícil invadir uma conta. É preciso usar senhas de difícil acesso e sempre se lembrar de trocá-las. Esses exercícios são importantes, pois qualquer um pode ser vítima”.



A primeira decisão liminar no País que obrigou o Facebook a retirar uma página clonada do ar foi da juíza Karina D’Almeida Lins, da 23ª Vara Cível da Capital

A magistrada também afirma que os pais devem estar atentos ao que os filhos fazem na internet. “Tem muitos pais que não têm interesse ou têm dificuldade com tecnologia. Nós temos que entrar no mundo dos jovens, porque tudo hoje é virtual. Os pais devem estar atentos ao que os filhos postam e com quem se relacionam na rede. O controle parental é muito importante”. Ela também destaca que é importante ensinar para os jovens e adolescentes a diferença entre liberdade de expressão e discurso de ódio. “Muitos jovens confundem liberdade de expressão com discurso de ódio. As pessoas acham que ser livre para se expressar é poder dizer tudo contra todo mundo. Contudo, existe uma linha muito tênue entre esses dois conceitos. Por isso, você precisa ter informação para saber quando determinado comentário ultrapassa os limites da liberdade de expressão”.

A liminar atingiu grande repercussão nos veículos de comunicação de massa da capital Pernambucana, o que surpreendeu a magistrada. “Eu fiquei surpreendida que a decisão liminar saiu nas primeiras capas dos jornais”.

Ter a página clonada mudou a forma como a turismóloga Adriana Magalhães atua na internet. “Eu mudei no Facebook. Agora, eu só curto e comento, mas não posto mais nada. Antes eu postava fotos das minhas primas. Coisa que não voltarei a fazer. Temos que ser cuidadosos na internet, pois não sabemos quem está do outro lado do computador”, destacou.

Adriana acredita que os jovens devem, assim como ela, estar atentos ao grau de exposição a que se submetem na rede. “Os adolescentes e jovens têm de tomar cuidado, pois você não está mais seguro, porque está atrás de uma tela do computador. Quando você está perto de uma pessoa, é possível perceber a maldade, mas pelo computador nem isso é possível. Na rede, todo mundo é o que quer ser. Todo mundo tem 16 anos. As pessoas criam um mundo perfeito, onde cometem crimes e acham que nunca serão punidas. Esse é o maior perigo”, declarou. □



Titular da Vara do Tribunal do Júri de Olinda, a juíza Maria Segunda Gomes desenvolve um trabalho marcado pela celeridade na realização de júris

Vara do Tribunal de Júri de Olinda está entre as que mais realizam sessões

O aumento do número de júris realizados desde 2012 foi obtido graças à instituição de grupos de trabalho para agilizar a pauta processual das comarcas

Flora Freire

Entre janeiro e junho de 2013, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) realizou 868 júris. As comarcas que mais colaboraram para o resultado foram a da Capital, com 189 júris realizados; a de Jaboatão, com 79 júris; a de Olinda, com 62 júris; e a de Caruaru, que realizou 48 júris.

O resultado dá continuidade as conquistas do ano anterior. Dentre elas, a realização de 1.616 sessões do júri popular de janeiro a dezembro de 2012. O incremento foi obtido graças à instituição de grupos de trabalho, com o objetivo de agilizar a pauta das comarcas de Bonito, Caruaru, Cabrobó, Olinda, Lajedo,

Amaraji, Jaboatão dos Guararapes, Tabira e Petrolina.

Em termos comparativos, no entanto, há um local que se destaca. É a Vara do Tribunal do Júri de Olinda. “Aqui temos apenas uma vara para essa função. Até hoje, fizemos 62 julgamentos de plenário, entre absolvições e condenações”, explica a magistrada Maria Segunda, referindo-se ao levantamento mais recente. A estimativa é de que existam 1.224 processos no acervo e que, desde janeiro até o fim do mês de junho, 300 réus tenham sido presos e 151 audiências tenham sido realizadas. Tudo isso com o apoio de 11 servidores.

Um dos fatores que agilizam o trabalho em equipe é a gravação de audiências. O trabalho, realizado há aproximadamente dois anos, permite a ampliação de duas audiências para até seis audiências por dia, facilitando a instrução do processo. Outro fator é a disponibilidade de assessores. “Eu parabeno o presidente do TJPE, desembargador Jovaldo Nunes, pela sensibilidade que ele teve ao dar aos juízes mais um assessor, pois isso facilitou ainda mais o andamento dos processos”, reitera a juíza.

Na Vara do Tribunal do Júri de Olinda, parte das funções judiciárias é desempenhada por estudantes voluntários, credenciados pelo próprio Tribunal, e que estudam Direito em universidades, a exemplo da Faculdade de Olinda (Focca), da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Maurício de Nassau (Uninassau), dentre outras. Também atuam na vara advogados dativos, nomeados pelos juízes para a defesa dos réus carentes, diante da ausência de defensor público. Esses profissionais, por sua vez, desempenham a função mediante o arbitramento de honorários.

Maria Segunda, uma magistrada que escreveu sua própria história

Há dez anos, Maria Segunda Gomes de Lima se tornou a responsável pela Vara do Tribunal do Júri de Olinda. O ambiente em que ela atua é tradicional e traz, até mesmo em seus procedimentos, a rigidez necessária para lidar com o bem maior do ser humano. Nele já foram julgados casos polêmicos e inéditos em todo País. Algumas audiências, inclusive, obtêm grande repercussão e se tornam motivos de comoção pública, como no caso do trio acusado de canibalismo em outubro de 2012.

“Eu entendo que, na verdade, o Tribunal do Júri lida com o bem maior do ser humano. Aquele que é a tutela jurisdicional, que é a vida. As pessoas que chegam aqui já estão com a autoestima muito baixa, porque perderam seus entes queridos. Porque tiveram aquela ruptura na vida, aquela lesão que jamais será sanada. Então, aqui nós sabemos que há uma cobrança maior nesse sentido, pois estamos lidando com a emoção maior do ser humano”, afirma.

Embora admita se surpreender com o grau de complexidade de determinados casos, Maria Segunda diz ter aprendido bastante com a sua antiga função. Isso porque, antes de ser juíza, conquistou o posto de escritvã e, posteriormente, de delegada. “Fui escritvã e fui delegada, de modo que passei minha vida pública entre duas instituições. Na polícia, atuando no Poder Executivo, e também no Tribunal de Justiça, onde passei quatro anos prestando assessoria a desembargadores”. Sua opção pela magistratura, diz, teve como objetivo “buscar outros horizontes, outras realizações profissionais. E pessoais, também”.

Um juramento que virou realidade

Desde a adolescência ela almejava fazer justiça. Via o pai, no interior de Pernambuco, tentando resolver os problemas das pessoas que o procuravam. E, embora fosse apenas um comerciante, João Gomes de Lima era respeitado e reconhecido como mais do que isso. Ele tinha esclarecimento sobre as coisas. É verdade que, às vezes, os problemas não podiam ser resolvidos, pois não dependiam dele. Mas a filha, mesmo sem saber do que se tratava, dizia: “Papai, quando eu crescer vou ajudar o senhor a resolver esses problemas”. As questões pessoais mal resolvidas a motivavam e, por mais complicadas que fossem, ela nunca duvidou de que, um dia, pudesse resolvê-las.

Nessa época, Maria, nascida no município de Bom Jardim e filha do quarto casamento de João Gomes, com Josefa Nery Marcelino de Lima, tinha mais ou menos 14 anos. Seu avô materno também era uma fonte de inspiração. João Marcelino de Melo era vereador da mesma cidade e, assim como seu pai, lidava com questões levantadas pelos moradores. Sua mãe era dona de casa e se destacava por ser uma pessoa de “bom humor, amiga e prestativa, com todas as qualidades que se possa imaginar”.

Tempos depois, a família mudou-se para o Sertão. Saíram de Bom Jardim e foram morar em Custódia, onde Maria terminou o ginásio e afirmou ter sido aluna de bons professores.





Maria Segunda e seu marido, Ademar Cândido



A magistrada em sua posse como juíza de direito do TJPE



O cargo foi concedido em 2000 pelo desembargador Nildo Nery, na época presidente do Tribunal

Posteriormente, a família passou por Serra Talhada e pelo Estado do Piauí, percorrendo um caminho marcado por dificuldades, tais como a seca. Ao fim, mudaram-se para o Rio de Janeiro. Lá, Maria teve seu primeiro emprego, em uma loja de departamento, até o dia em que foi transferida para o Recife.

O trabalho não dava brecha para os estudos. Dessa forma, a melhor solução encontrada foi estudar para concurso público. Caso passasse em um concurso, teria mais tempo para estudar novamente e ingressar em uma faculdade. E foi exatamente o que aconteceu. Tornou-se escritã e, depois, delegada.

Alma de leitora

“Primeiro fiz vestibular para Direito, e não passei na primeira opção, passei na segunda, que foi para Letras, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E, quando estava no terceiro ano do curso de Letras, entrei em Direito na Universidade Católica de Pernambuco”, relata.

Do curso de Letras, ela conta que adquiriu uma gama de conhecimentos, não apenas de literatura nacional como também estrangeira. Além disso, estudou Psicologia da Aprendizagem, Psicologia Psicossocial e Psicologia da Educação. Disciplinas que ajudaram a entender melhor o comportamento humano.

“Eu era viciada em literatura. Para você ter uma ideia, eu era sócia do Clube dos Livros do Brasil então, você imagina, todos os livros que eram lançados eu recebia em primeira mão pelo correio!”, diz maravilhada.

Um dos motivos que a fez deixar a literatura em segundo plano foi traumático. “Todo o dinheiro que eu tinha era para comprar livros. Às vezes chegava tanto livro lá em casa que eu não tinha tempo de ler. Até que, um dia, quando fui me mudar, encaixotei todos, mas não sabia que o piso era de madeira e que ali existiam cupins. E aí, quando fui pegar as caixas, havia um buraco no meio dos livros e os cupins já haviam comido tudo, de baixo a cima, todas aquelas caixas”, conta sorrindo, pouco antes de dizer que isso lhe fez sentir “uma dor na alma”.

Eram coleções inteiras, como a de Machado de Assis, que incluía Memórias Póstumas de Brás Cubas, Dom Casmurro, Quincas Borba, Papéis Avulsos... Eram coleções dos principais movimentos literários brasileiros, incluindo Modernismo,

Parnasianismo, Realismo e até mesmo de Literatura Portuguesa. As histórias preenchiam os sábados, os domingos e substituíam a consulta aos livros da biblioteca, onde mal tinha tempo para ir. Lia tanto que, às vezes, quando o enredo estava muito interessante, se esquecia de almoçar.

“Então, perder tudo de repente por causa de cupim! Isso me deixou traumatizada.” lamenta, entre risos. Mesmo assim, a alma leitora continua nas doutrinas, nas jurisprudências e nos livros presentes em seu gabinete.

História

Na época em que exercia a função de escritã, Maria Segunda conheceu seu futuro marido, que também tinha o mesmo ofício. Hoje, Ademar Cândido é delegado especial de Polícia e jornalista, vinculado à Gerência de Prevenção e Articulação Comunitária da Secretaria de Defesa Social do Estado. Segundo ela, o esposo é uma pessoa “compreensiva, solidária e com um companheirismo que dá forças para desempenhar a função”. Os dois estão casados há dez anos e, embora não trabalhem no mesmo ambiente, estão sempre unidos, como lembra um porta-retratos posto no gabinete da magistrada.

Quanto ao seu casamento com a magistratura, a juíza afirma ter aprendido com as experiências anteriores. Uma delas foi o ofício de escritã, na Delegacia de Camaragibe, de Peixinhos e na Delegacia da Mulher de Santo Amaro, ao mesmo tempo em que cursava Letras na UFPE.

Em seguida, entrou para o curso de Direito, na Universidade Católica de Pernambuco, onde foi aluna de desembargadores do Tribunal de Justiça. Após o término da graduação, atuou como delegada, exercício que ampliou seu contato com varas criminais. Ela conta, inclusive, que quando estava na investidura da função, foi designada para atuar em Cabrobó. Lá, teve que lidar com tráfico de drogas intenso, assaltos em estrada, violência entre famílias e demais ações que caracterizavam crimes específicos.

Ainda antes de se tornar juíza, Maria foi aluna da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) e assessora policial civil do TJPE, vindo prestar serviço a desembargadores do TJPE como Carlos Xavier, Waldemir Lins e Belém de Alencar. A Esmape, ela diz, cursou duas vezes. A primeira vez foi no ano



Em 2003, Maria Segunda foi promovida à Vara do Tribunal do Júri de Olinda



Os pais de Maria Segunda: João Gomes de Lima e Josefa Nery Marcelino de Lima

de inauguração da Escola e, a segunda, no ano seguinte, “Só para ficar estudando”, ela diz. “Até porque na primeira turma eles não davam notas e, na segunda, eles já davam as notas. Fiz para não ficar parada e, depois, prestei concurso para juiz, o que também servia como ponto”.

E teve tantos pontos acumulados em forma de conhecimento que, em 2000, Maria Segunda tornou-se juíza de direito, pelas mãos do então presidente do TJPE, desembargador Nildo Nery. Em sua primeira atuação como juíza foi designada para o Fórum de Cabrobó, vindo a atuar também em outras comarcas, a exemplo de Belém do São Francisco, Petrolândia, Floresta, Salgueiro, Terra Nova e Tacaratu. Três anos mais tarde, foi promovida por antiguidade para a Vara do Tribunal do Júri. Ela, que sempre almejou a magistratura, hoje conta com um pouco mais do que isso. No currículo constam a licenciatura e o bacharelado em Letras, a graduação em Direito, duas pós-graduações na Esmape, além de pós-graduações em Processo Civil, Direito Civil, Direito Penal e Processo Penal. “E eu continuo estudando, porque a gente não para, não é? Não para”. □



Maria Segunda em frente ao Fórum de Cabrobó, onde atuou como juíza. O momento foi registrado em 2001

O governador Miguel Arraes cumprimenta os noivos Ademar Cândido e Maria Segunda. O tema da conversa foi uma carta, enviada por Ademar ao governador, em que ele relatou injustiças sofridas na Polícia. Logo depois, Arraes perguntou ao casal quando sairia o casamento



Tranquilidade marca plantão do TJPE na Copa das Confederações

Judiciário pernambucano atuou durante os dias de jogos na Arena Pernambuco, no Aeroporto do Recife e no Anexo do Fórum de São Lourenço da Mata

Bruno Brito

A tranquilidade imprimiu seu ritmo de jogo dentro e fora do campo de futebol e também se consagrou campeã, como a seleção brasileira, durante a Copa das Confederações realizada entre os dias 14 e 28 de junho. No plantão especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) para o evento esportivo, 91 ocorrências foram registradas. Nenhuma delas estava ligada a crimes. Todas as demandas concentraram-se nos plantões do Juizado Cível e da Vara da Infância e Juventude, localizados no 1º andar do Aeroporto Internacional Gilberto Freyre. Turistas e torcedores acionaram o plantão do TJPE para obter autorizações de viagens de crianças e adolescentes e a prestação de serviços nas companhias aéreas de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

No plantão da Vara da Infância, foram concedidas 53 autorizações de viagens nacionais e 12 internacionais a crianças e adolescentes acompanhadas de um dos pais ou responsáveis.



A Arena, que sediou três jogos da Copa das Confederações, e onde funciona uma unidade do Juizado do Torcedor, numa área de 165m2, no nível 1 da Ala Norte do local

Já o plantão do Juizado Especial Cível registrou 26 ocorrências sobre atrasos de voo, overbooking, problemas com bagagem e falta de assistência. Desse total, houve 13 acordos, uma desistência e as outras 12 queixas continuaram tramitando em unidades dos Juizados Especiais localizados no Recife.

Além dos plantões no Aeroporto, o TJPE instalou pontos de atendimento na Arena Pernambuco e na Comarca de São Lourenço da Mata. No estádio, uma unidade do Juizado do Torcedor atuou em regime de plantão para processar e julgar crimes de menor potencial ofensivo. Um prédio anexo ao fórum da comarca, localizado na Rua Olívio Costa, nº 123, recebeu plantões Cível, Criminal e da Infância e Juventude. Nesses postos de atendimento, trabalharam, ao todo, 30 magistrados e 22 servidores e dois oficiais de justiça com fluência em inglês, espanhol, francês e italiano.

Para o desembargador Luiz Carlos Figuerêdo, coordenador do grupo de trabalho do TJPE na Copa, os plantões foram um bom teste para a Copa do Mundo 2014. “Foi um bom aprendizado para podermos prestar um melhor serviço da próxima vez. Gostaria de destacar também a dedicação e o empenho dos servidores e juízes no atendimento à população”, afirma.

Juizado do Torcedor na Arena

Nas dependências da Arena Pernambuco, um plantão do Juizado do Torcedor esteve presente nas partidas disputadas entre as seleções da Espanha e do Uruguai, Itália e Japão e Uruguai e Taiti. Um juiz e dois servidores a cada jogo estavam preparados para processar e julgar crimes de menor potencial ofensivo em uma sala equipada com mobiliário próprio, composto por mesas, cadeiras, impressoras e computadores. O plantão teve duração de seis horas, iniciando duas horas antes e finalizando duas horas depois dos jogos. A unidade está localizada no nível 1 da Ala Norte da Arena.

O espaço físico cedido ao TJPE, uma área total de 165 m², foi inaugurado no dia 13 de junho com a presença do presidente do TJPE, desembargador Jovaldo Nunes, o corregedor geral da Justiça em exercício, desembargador Bartolomeu Bueno, o coordenador dos Juizados Especiais, juiz Ailton Alfredo, e o desembargador aposentado Fausto Freitas.

Durante a solenidade, o chefe do Judiciário estadual afirmou em seu discurso que o plantão instalado no novo estádio integrará o legado deixado pela Copa do Mundo de 2014. “Agora temos

A Sala do Juizado do Torcedor na Arena Pernambuco foi inaugurada no dia 13 de junho

Agência Rodrigo Moreira





Os plantões Cível e da Infância e Juventude no Aeroporto registraram 91 ocorrências

plantão na Arena. Ampliamos nosso ponto de atendimento no Aeroporto Internacional Gilberto Freyre e reformamos o prédio anexo ao Fórum da Comarca de São Lourenço. Todas essas instalações ficarão como legado após a Copa”, destacou o desembargador Jovaldo Nunes.

O presidente do Tribunal também agradeceu o empenho dos servidores e magistrados, ao Governo do Estado pelo auxílio nas ações do Judiciário para a Copa e à Construtora Odebrecht pelo apoio irrestrito para a instalação do plantão na Arena.

O coordenador dos Juizados Especiais, juiz Ailton Alfredo, fez uma retrospectiva do projeto. “No início, o Jetep atuou no campeonato pernambucano. Depois, sua atividade foi estendida para o campeonato brasileiro e agora, com sete anos de existência, em um evento internacional como a Copa. Estamos certos de que fomos pioneiros no País, na forma como atuamos”, destacou.

O Juizado do Torcedor foi instalado na gestão do desembargador Fausto Freitas como presidente do TJPE em 2007. Atualmente, o magistrado aposentado preside o comitê de segurança nos estádios pernambucanos ligado ao Governo do Estado. Presente na instalação da unidade na Arena, ele comentou a presença do Jetep na Copa. “Quando criamos o Juizado, em minha gestão como presidente do Tribunal, nossa iniciativa serviu de modelo para os outros Estados, mas jamais imaginei ver o que está acontecendo. Eu não poderia conceber nada nessa dimensão”, revelou Fausto Freitas.

Plantão Cível e da Infância no Aeroporto

O espaço do Tribunal no Aeroporto Internacional Gilberto Freyre está localizado no 1º piso e possui uma área útil de 49,61 m², distribuídas entre o plantão Cível e o da Infância e Juventude. O início das atividades desse ponto ocorreu no 14 de junho e foi até o dia 17 de junho, em regime de plantão 24h. Cada unidade

tinha um magistrado e um servidor de prontidão com troca de turno a cada seis horas.

Além desses dois pontos, houve ainda mais três plantões judiciários de seis horas na cidade de São Lourenço da Mata nos dias de jogos. O TJPE reformou um imóvel de sua propriedade especialmente para o evento. Nesse novo espaço, chamado de Anexo do Fórum de São Lourenço da Mata, funcionaram o plantão da Vara da Infância e Juventude, um plantão Cível e outro Criminal. O prédio fica localizado na Rua Olívio Costa, nº 123, a 800 metros do Fórum da Comarca. Os plantões no Anexo iniciaram duas horas antes dos jogos e foram encerrados duas horas depois das partidas.

Campanha divulgou plantão especial na Copa das Confederações

Uma campanha publicitária destacou o plantão especial do TJPE na Copa das Confederações. Para levar informações aos torcedores pernambucanos, de outros Estados e de países, foram utilizados cartazes, folhetos, móbil, banners virtuais, bottons, pulseira de identificação, camisas, um vídeo publicitário e um spot de rádio. Todas as peças divulgaram os pontos de atendimento do Judiciário na Arena Pernambuco, no prédio Anexo do Fórum de São Lourenço e no Aeroporto Internacional Gilberto Freyre.

“Na Copa das Confederações, a Justiça pernambucana também entra em campo” foi o tema da campanha, cujo slogan era “Faça bonito. Jogue limpo”. Um vídeo de 30 segundos e um spot de rádio também foram veiculados nas emissoras de TV e de rádio locais.

As peças impressas foram fixadas nos pontos de atendimento e também em locais públicos. Também foram distribuídos folders com as competências do Juizado do Torcedor e da Vara da Infância e Juventude para os torcedores. O material impresso, o vídeo de 30 segundos e o spot de rádio foram amplamente



Para o presidente do Tribunal, desembargador Jovaldo Nunes, as instalações inauguradas ficarão como legado da Copa



“Os plantões foram um bom teste para a Copa do Mundo 2014”, afirma o desembargador Luiz Carlos Figueirêdo

divulgados no perfil do Twitter e no site do Tribunal.

Ainda no mundo virtual, a Assessoria de Comunicação do Tribunal criou o blog TJPE na Copa (<http://tjpenacopa.blogspot.com.br/>) e a fan page na rede social Facebook (<https://www.facebook.com/TJPE.oficial>) para reunir a produção jornalística e publicitária elaborada para a Copa. Além das notícias sobre a atuação do TJPE, a fan page no Facebook destacou direitos do consumidor, da criança e do adolescente, notícias de outros portais ligadas ao assunto e dicas para o torcedor. □



O desembargador Fausto Freitas criou o Juizado do Torcedor em 2007, quando era presidente do TJPE

TJPE investe em mutirões de conciliação para desafogar o Judiciário

Mais de sete mil processos foram conciliados apenas no primeiro semestre de 2013

Maria Eduarda Barbosa

Segundo o dicionário Aurélio, conciliar significa harmonizar. É através dessa definição que o Poder Judiciário de Pernambuco aposta, cada vez mais, no método da conciliação para solucionar os processos com mais agilidade, além de poder restaurar a relação de estima e amizade entre as partes. Para facilitar o processo de mediação e conciliação foram criadas centrais e câmaras a fim de acelerar os processos que tramitam na Justiça pernambucana. Contudo, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) busca desafogar ainda mais o Judiciário. Para isso, o presidente do TJPE, desembargador Jovaldo Nunes, instituiu uma Seção Especializada de Mutirões da Capital. A unidade faz parte da Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem de Recife. Segundo o coordenador das centrais conciliatórias, desembargador Leopoldo Raposo, a mediação apresenta uma medida que irá fortalecer a imagem do Poder Judiciário. “As ações das Centrais de Conciliação e Mediação não irão apenas desafogar o estoque de processos existentes, elas também vão fazer com que o jurisdicionado tenha a sua disposição um instrumento de pacificação social”, destaca o desembargador.

A Seção Especializada de Mutirões, Mediação e Arbitragem da Capital foi instituída através do Ato de nº 33, publicado em 10 de janeiro deste ano. Para a criação, o chefe do Judiciário pernambucano analisou a necessidade de acelerar a resolução dos processos judiciais, principalmente os que estão congestionando os Juizados Especiais e as varas Cíveis, da Família e da Fazenda Pública. A unidade coordena e preside as audiências nos mutirões de conciliação promovidos pelo Comitê Estadual de Conciliação do Tribunal, com apoio das coordenadorias gerais dos Juizados Especiais e do Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos. As causas prioritizadas remetem às matérias do Seguro Obrigatório de Veículo (DPVAT); dívidas fiscais (Executivos Fiscais); consumo de energia elétrica/telefone; e, por último, dívidas de instituições bancárias e financeiras. A inauguração ocorreu em 30 de janeiro deste ano, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, onde está localizada a Seção Especializada.

A juíza Luzicleide Vasconcelos foi nomeada pelo presidente Jovaldo Nunes para coordenar a unidade. Para



A juíza Luzicleide Vasconcelos foi nomeada pelo presidente do TJPE, desembargador Jovaldo Nunes, para coordenar a Seção Especializada de Mutirões da Capital

a magistrada, a instalação é um fato histórico para o Judiciário estadual e ainda fomenta a cultura de conciliação. Antes mesmo da inauguração, um calendário prévio já havia sido definido pela Coordenadoria a fim de agilizar ainda mais o processo organizacional dos mutirões. O cronograma é dividido em quatro ciclos: março/abril, maio/junho, setembro e novembro. Os mutirões da Capital acontecem na sede da Seção Especializada de Mutirões, Mediação e Arbitragem, localizada no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano. A Seção tem na sua logística uma equipe de conciliadores treinados e capacitados para atuarem em todos os temas dos mutirões previstos nos ciclos. “Com isto, propiciamos um serviço jurisdicional com qualidade e presteza ao mesmo tempo em que alcançamos a satisfação do jurisdicionado com a solução do litígio pela via conciliatória. O objetivo é ampliarmos ainda mais o número de processos nos mutirões da Seção em 2014”, afirma a magistrada.

O primeiro ciclo priorizou as causas relacionadas respectivamente ao DPVAT, Executivos Fiscais e Instituições Bancárias. No dia 18 de março, teve

início o primeiro mutirão de conciliação organizado pela Seção Especializada. Para o evento foram selecionados 4 mil processos judiciais que visavam indenizar as vítimas de danos pessoais causados pelos veículos automotores de vias terrestres. O mutirão ocorreu até o dia 27, chegando a ter, na última semana, 650 audiências por dia. O resultado foi a movimentação de R\$ 10.965.243,49 em indenizações nos 2.616 acordos efetuados entre seguradoras e vítimas de acidentes de trânsito.

O segundo mutirão teve como foco os processos judiciais pertencentes às varas de Executivos Fiscais. Este teve como objetivo proporcionar às partes a oportunidade de discutir e negociar suas dívidas de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) com a Prefeitura do Recife. As conciliações atingiram o índice de 67,91%, com mais de 330 negociações, correspondendo a R\$ 72.233.505,36, maior arrecadação, até então, nos mutirões de Executivos Fiscais. Segundo a coordenadora da Seção Especializada de Mutirões, juíza Luzicleide Vasconcelos, a conciliação fornece a possibilidade de pagamento parcelado, o que ocorreu em 50,98% dos casos. A magistrada destaca



O primeiro mutirão de conciliação referente ao DPVAT ocorreu entre os dias 18 e 27 de março, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano

que a cultura conciliatória busca uma forma de resolução processual na qual as partes podem construir a própria solução.

Para encerrar o primeiro ciclo de mutirões organizado pela Seção Especializada, realizou-se o II Mutirão de Instituições Bancárias do Recife. A iniciativa envolveu processos indenizatórios, revisionais, cobranças de valores e ações que tramitam nas varas cíveis relacionadas às instituições financeiras Bradesco e Itaú. Neste mutirão, foram mobilizadas 34 varas cíveis, totalizando 1.200 processos, distribuídos em 250 audiências por dia, o que movimentou R\$ 687.442,99 em indenizações.

O segundo ciclo de mutirões teve, novamente, ações judiciais relacionados aos Executivos Fiscais e ao Seguro DPVAT. Para o primeiro momento, foram listados 2.235 processos com o intuito de conciliar os litígios que envolvem a Prefeitura do Recife e o contribuinte do IPTU. O mutirão ocorreu nos dias 27, 28 e 29 de maio e movimentou cerca de R\$ 1.958.155,58 nos 37 acordos efetuados.

Já no segundo momento, 3.500 processos foram selecionados para as conciliações, realizadas entre 3 e 12 de junho, com 450 audiências por dia, movimentando R\$ 8.585.384,57. O terceiro e quarto ciclo de mutirões de conciliação organizados pela Seção Especializada acontecem no segundo semestre deste ano, nos meses de setembro e novembro.

Outros mutirões conciliatórios também ocorreram fora da Capital. Em Olinda, os mutirões contemplaram os processos que tramitam na 1ª Vara de Família e Registro Civil da comarca. Com a iniciativa do juiz Cláudio Cavalcanti, e o apoio da Central de Conciliação e Arbitragem, foram realizadas em média 40 audiências por dia, entre 26 e 28 de maio. A maior parte das ações era referente à pensão alimentícia e divórcio, que seriam julgadas somente em julho e agosto.

De acordo com o juiz Cláudio Cavalcanti, a Vara da Família possui atualmente um acervo de 2.200 processos. “Com o mutirão, conseguimos agilizar a pauta e dar uma resposta jurisdicional mais célere para aqueles que precisam”, destacou.



No segundo ciclo de mutirões, a juíza Luzicleide Vasconcelos recebe a visita do desembargador Jovaldo Nunes

Já na cidade vizinha, Paulista, aconteceu, entre os dias 5 e 7 de junho, um mutirão de audiências que integra a IV Semana Pernambucana de Conciliação, cujas ações envolviam as empresas Celpe, Oi/Telemar, Tim e Itáu.

Além da Região Metropolitana, algumas cidades do interior pernambucano também aproveitaram a cultura conciliatória para desafogar o Judiciário. A Vara Única de São João, localizada no Agreste do Estado, promoveu entre os dias 2 e 8 de maio o 1º Mutirão de Executivos Fiscais do Município. A idealização do evento partiu do juiz substituto Rafael Souza Cardozo que propôs solucionar, através da conciliação, os processos relacionados ao IPTU. Segundo o magistrado, um dos objetivos era a redução da taxa de congestionamento, além da diminuição de 45% do acervo da unidade.

Para o mutirão, foram selecionados 949 processos, com preferência àqueles que estavam há mais tempo na vara. De acordo com o juiz, a ação só pôde ser viabilizada devido à adesão da Prefeitura de São João, que concordou no parcelamento dos débitos de IPTU como forma de facilitar

a negociação. Além disso, o mutirão teve a colaboração da Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem de Garanhuns, da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) e o apoio da juíza Karla Fabíola Dantas, através do programa de Mentoria da Corregedoria Geral da Justiça.

Outra cidade contemplada com o Mutirão de Executivos Fiscais, nesse primeiro semestre foi Gravatá. A iniciativa partiu de uma reunião entre o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jovaldo Nunes, e o prefeito da cidade, Bruno Martiniano. O encontro também contou com a presença das juízas responsáveis pelas 1ª e 2ª Varas Cíveis de Gravatá, Izilda Dornelas Câmara e Patrícia Caiaffó.

Na Comarca de Limoeiro, o Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo promoveu um mutirão de conciliação que alcançou o montante de R\$ 69.419,37 em dois dias de acordos. As 128 audiências foram realizadas pela juíza Mirna dos Anjos Gurgão, que efetuou 71 conciliações. □

Serviço:
Central de Conciliação e Arbitragem:
(81) 3181-0541
Seção Especializada de Mutirões:
(81) 3181-0461

Stênio Neiva: humanismo herdado e linguagem acessível para toda sociedade

Advogado durante quase 20 anos, o desembargador tenta somar as experiências de quem viveu ‘do outro lado do balcão’ e luta por um Judiciário mais próximo da sociedade

Rafael Cavalcanti

“A proximidade do Judiciário que a gente tenta com a população tem que ser esta. Não é só no acesso de processos, de abrir as portas pra receber advogados, e também as partes, é permitir que seus entendimentos sejam compreendidos pela sociedade. Os cidadãos têm o direito de saber certas coisas, e temos que nos comunicar de forma acessível. Eu acredito em um Judiciário mais próximo da sociedade a partir de uma linguagem didática. A ideia é diminuir o “juridiquês”, para que a população, o cidadão comum, entenda, tenha acesso, saiba o que está sendo dito”. Com essas palavras, o desembargador Stênio de Sousa Neiva Coêlho, começa a conversa sobre o Judiciário e o seu olhar das práticas do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Caçula de sete irmãos, filho de Maria Teresa de Sousa Neiva Coêlho e do desembargador aposentado Otilio Neiva Coêlho, Stênio sempre teve uma relação muito próxima com o mundo jurídico. Seu pai costumava receber juízes, professores, desembargadores e até ministros – como o ex-ministro Djaci Falcão – na casa da família em Campo Grande, bairro do Recife, de forma que Stênio tinha contato com muitas pessoas da área. Apesar disso, sua história é engraçada, seu gosto pelo Direito só veio no ano de 1987, quando cursava o terceiro ano do colegial e foi estudar seis meses nos Estados Unidos, mais precisamente na cidade de Indianápolis, capital do estado de Indiana. O programa de intercâmbio foi feito pelo Youth for Understanding (YFU) e consistia em fazer seis meses do chamado High School (no Brasil

é o mesmo que o ensino médio). Antes de ir, ele tinha prestado o vestibular por experiência e queria fazer Agronomia. Só que, em uma das disciplinas do High School, ele e os demais estudantes tiveram que ir várias vezes ao tribunal da cidade, e só aí ele sentiu uma identificação mais forte com o mundo jurídico, voltando para o Recife querendo cursar Direito. “Hoje eu acho muito engraçado, porque dentro de uma casa onde se vivia muito o Direito, a toda hora, eu não despertei tanto esse interesse. Foi sair de casa uns meses e o interesse surgiu”, lembra entre risos.

Stênio se formou na turma de 1993, na Universidade Católica de Pernambuco, na metade do ano, pois havia feito a opção pela segunda entrada, visando voltar para os Estados Unidos e lapidar ainda mais o inglês. Enquanto fazia a universidade, ele passou no concurso do TJPE e trabalhou como secretário no gabinete do seu pai, na época já desembargador. Depois de se formar, abriu uma firma de advocacia com um colega e começou a advogar. Nesse tempo, também fez o concurso de juiz do TJPE – ser juiz de carreira era sua pretensão durante o curso –, mas o resultado demorou pra sair, e quando saiu, em meados de 97, ele já se encontrava engajado na advocacia e estava perto de casar, optando por seguir na advocacia. Ainda chegou a pedir a prorrogação, mas em 2000 a validade do concurso expirou.

Em 2010, uma nova reviravolta ia acontecer nessa história. Stênio foi nomeado juiz eleitoral da Classe Jurista do Tribunal Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) e, dentre outras realizações,





foi responsável pela instalação da Ouvidoria do TRE, que foi a primeira ouvidoria eleitoral do Estado. Lá, Stênio pôde trabalhar a ideia que já tinha, de um Judiciário mais próximo da população. “Todo trabalho desenvolvido na época, com todo crédito ao Pleno e toda mesa diretora daquela corte, foi para primeiramente aproximar o Tribunal da população. Então foi muito gratificante fazer esse trabalho, deixei a semente plantada. Fizemos várias audiências públicas, no interior, trocando experiências com outros Estados e unidades, acompanhando a biometria, para saber o que a população esperava da Justiça Eleitoral”, afirma o desembargador. Com essa experiência, Stênio ficou animado e, estimulado por vários colegas, magistrados e advogados, resolveu se candidatar a uma das vagas abertas para o cargo de desembargador do TJPE através do Quinto Constitucional – dispositivo que prevê que 1\5, ou 20%, das vagas dos tribunais brasileiros sejam ocupadas por advogados ou membros do Ministério Público. Foi o mais votado tanto na eleição entre todos os advogados aptos a votar no Estado como no Tribunal, sendo empossado desembargador do TJPE no dia 10 de julho de 2012.

Aos 42 anos, a mesma idade de seu pai quando assumiu o cargo, Stênio Neiva tomava posse e ganhava sua sala de trabalho no Palácio da Justiça. Sala em que se destacam belos quadros, um deles da Paróquia de Casa Forte – igreja que frequenta e onde realiza trabalhos voluntários –, algumas pequenas estatuetas e referências à Justiça e a relíquia mais valiosa: a placa original do seu pai, Otílio Neiva, quando era desembargador em atividade. A placa foi presente de um antigo motorista do seu pai, que a guardava e o presenteou quando soube da sua nomeação.

Ele trouxe consigo, das experiências que viveu, a certeza de

que a Justiça tem que ter essa linguagem didática e uma maior celeridade processual e, para isso, acredita que na informatização de todo o sistema, de maneira geral, como o que foi feito com o Processo Judicial eletrônico (PJe). “Utilizar muito mais os mecanismos de informática para que os novos procedimentos e decisões judiciais sejam cumpridos mais rapidamente, com assinatura eletrônica, etc”, pontua Neiva. Além disso, ele afirma que carrega consigo toda a carga humanista herdada do seu pai. “A gente tem que se colocar de lado, mas também tentar ouvir as partes, ler os processos, enfim. Não acho nada demais receber as partes envolvidas no processo, receber os advogados, acho que isso até nos esclarece mais. E tem até o lado humanista. A pessoa está no processo e de certa forma ela quer convencer o juiz, ou tirar algumas dúvidas e muitas vezes não consegue isso por conta de tantas coisas, principalmente da questão da linguagem”, observa o desembargador. Segundo Stênio, algo que ajuda muito são as decisões em colegiado, pois estimulam a compartilhar o entendimento de cada um e debater.

“Na realidade, eu tenho percebido que o Judiciário, de forma geral, em todo o País, tem se empenhado em melhorar, em discutir as questões, está aí a Ordem dos Advogados (OAB), que tem contribuído muito para isso, trazendo as dificuldades dos advogados, a dificuldade da prestação do serviço jurisdicional. Eu, como representante da OAB, me sinto na obrigação de estar sempre atento a essa questão e pretender essa mudança. Trazendo também os anseios da sociedade, o que de fato o Quinto Constitucional pretende – ser composto por pessoas que não sejam juizes de carreira, mas juizes por formação, tanto do Ministério Público como da OAB, que possam trazer suas experiências do outro

“

Os cidadãos têm o direito de saber certas coisas, e temos que nos comunicar de forma acessível. Eu acredito em um Judiciário mais próximo da sociedade a partir de uma linguagem didática

”

lado do balcão”, diz Stênio, analisando o panorama do País e reafirmando sua missão como representante dos advogados.

No seu discurso de posse, Stênio Neiva disse que Deus não escolhe os preparados, mas prepara os escolhidos, e assim ele tem encarado todas as missões que vêm aparecendo na vida, como essa mais recente no cargo de desembargador. “Lógico que é uma grande responsabilidade, mas nada que a prudência, a humildade, o estudo e o comedimento não resolvam. A gente tem que ser comedido nas decisões, tem que saber escutar, tem que saber perquirir mais as questões, saber como outros tribunais se comportam. É verdade que temos que julgar o que está no processo, mas temos que ponderar certas questões também”, argumenta com todo humanismo e fé.

Por falar de fé, Stênio é católico e frequentador da Paróquia de Casa Forte, onde realiza trabalhos junto com sua família e o conhecido padre Edvaldo, pároco da região. Stênio é casado com a médica Isabela: é pai de Eduarda, de 12 anos, e de Stênio Filho, de 9 anos, e afirma sempre encontrar tempo pra estarem juntos, ou em viagens, ou na própria rotina. “Por termos sido privilegiados, obtido um curso superior e a função que Deus nos permitiu, a gente tem que sim retribuir de alguma forma, principalmente através do trabalho voluntário”, afirma ele. Boa parte desses trabalhos voltados para as duas creches mantidas pela Paróquia: a Creche Beneficente Menino Jesus e a Casa da Criança Marcelo Asfora, que são escolas e atendem a crianças de zero a 12 anos. Para evitar a cabeça condicionada ao Direito e à rotina de trabalho, ele gosta de sair com outras pessoas, de fora do mundo jurídico, conversar sobre outros assuntos e conhecer outros olhares sobre as questões, tudo como estratégia para fugir da mesmice.

Por fim, ele falou de como se sente após um ano como desembargador do TJPE: “Na realidade eu já tinha vivenciado isso, mas é sempre novidade. São muitos processos, a gente sempre acha que pode fazer mais, mas a sensação que dá é de enxugar gelo mesmo: muito processo, muito recurso, e só com uma mudança no procedimento, na legislação processual, que com certeza está por vir, só assim que vamos nos sentir mesmo com a sensação do dever cumprido. Mas sinto que faço o máximo que posso, consigo dormir com a consciência tranquila todos os dias e estou disposto a lutar por um Judiciário mais justo e independente”. □

Judiciário estadual implanta Norma de Uso Institucional de Certificados Digitais

A entrega de todos os tokens, certificados que podem ser plugados em uma porta USB, foi concluída em julho de 2013

Vanessa Oliveira

Para oferecer uma prestação jurisdicional célere e segura à sociedade, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vem investindo, ao longo dos seus 191 anos, na ampliação e melhoria dos serviços oferecidos. Em 2013, a instituição deu mais um passo importante visando atender melhor à população. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) lançou, no mês de março, a Política de Segurança do Tribunal. Apenas dois meses depois, a Norma de Uso Institucional de Certificados Digitais, a primeira das nove ações com base na política, foi implantada.

O documento atende ao artigo 13 da Resolução nº 90 do Conselho Nacional de Justiça. A secretária de tecnologia, Norma Lyra, afirma que a política estabelece diretrizes para o uso correto e seguro das informações no Judiciário pernambucano. “Com o advento do uso da tecnologia dentro da instituição, a dependência de recursos desse tipo aumenta a cada dia. Por esse motivo, é necessária a criação de regras que norteiem as ações dos agentes públicos no Tribunal, para manter a segurança das informações corporativas”, afirma.

A Política de Segurança é aplicável a todos os servidores e magistrados do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A assessora de governança da Setic, Alessandra Almeida, informa que o documento possui três camadas. “A primeira apresenta um direcionamento mais geral relativo a diversos temas, como por exemplo, o uso do e-mail. Abaixo dela, encontra-se a camada de normativos que vai detalhar cada um dos assuntos tratados na primeira. Por último, são apresentados os procedimentos operacionais que explicam como tudo será implantado”, declara.

A segunda camada, que trata dos normativos, possui um plano com nove ações. A primeira delas refere-se à Norma de

Uso Institucional de Certificados Digitais, que regulamenta a utilização dos certificados no âmbito do Judiciário estadual. O lançamento desta Norma aconteceu no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, no período de 20 de maio a 20 de junho deste ano. Na ocasião, magistrados e um de seus assessores receberam suas certificações digitais, bem como capacitações em sistemas em que já existem certificados em suas operações. A entrega de todos os tokens, certificados que podem ser plugados em uma porta USB, foi concluída em julho de 2013.

O certificado digital é uma identidade eletrônica e tem o objetivo de promover a mesma validade jurídica dos documentos físicos aos assinados eletronicamente. Nele constam todas as informações a respeito do portador, tais como: nome, RG, CPF, título de eleitor. Por isso, é pessoal e intransferível. Ele serve para acessar sistemas, assinar e criptografar documentos eletrônicos.

A secretária adjunta de Tecnologia da Informação (TI), Juliana Neiva, afirma que a criação dos certificados é necessária para que a política de segurança seja efetivamente aplicada. Ela também ressaltou que os sistemas como o Processo Judicial eletrônico (Pje), Dje, Infojud, Renajud e Penhora On-line (para imóveis) já utilizam esta tecnologia”.

Segundo a secretária de TI, Norma Lyra, também faz parte do objetivo criar uma cultura de segurança. A intenção não é só implantar políticas e normas, mas também criar uma conscientização institucional.

Para isso, a Setic desenvolveu, junto com outros órgãos do TJPE, como a Assessoria de Comunicação e a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), uma campanha de conscientização e



A secretária de tecnologia, Norma Lyra, afirma que a política estabelece diretrizes para o uso correto e seguro das informações no Judiciário pernambucano

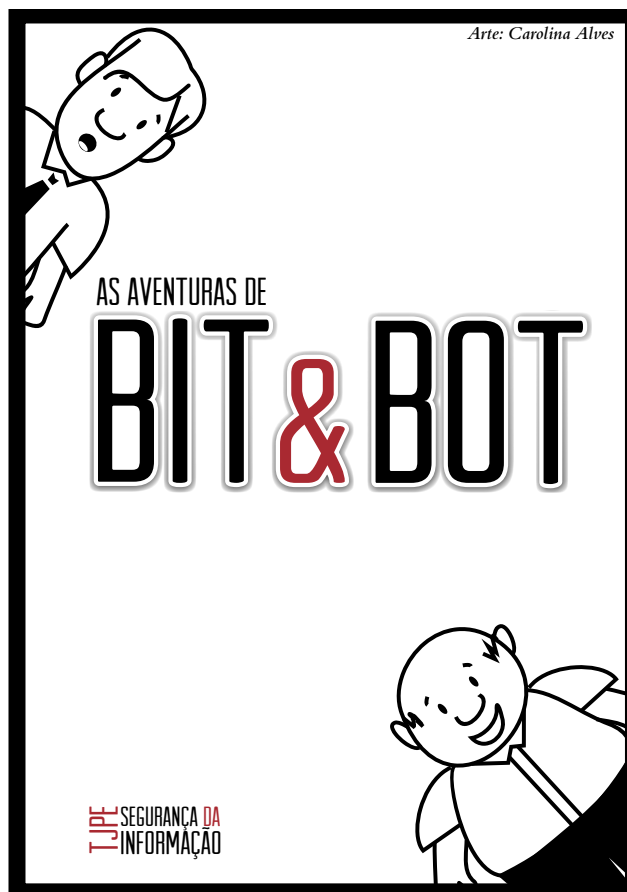
A revista em quadrinhos com As aventuras de Bit & Bot, que apresenta de forma leve e descontraída boas práticas de segurança da informação

informação, que conta com cartazes e tirinhas com os personagens lúdicos Bit e Bot, fazendo analogia entre a vida pessoal do servidor e sua atuação no meio digital. A campanha ainda conta com um mascote, o Segurino.

Em complemento a estas iniciativas, a Setic, através de seu núcleo de segurança, elaborou uma Cartilha de Certificação Digital e uma revista com As aventuras de Bit e Bot”. A primeira explica as aplicações dos certificados e traz os conceitos de segurança da informação. A última é uma revista em quadrinhos que apresenta de forma leve e descontraída boas práticas de segurança da informação.

A Política de Segurança da Informação pode ser acessada através do site de segurança do TJPE (www.tjpe.jus.br/portal/web/seguranca). □

Arte: Carolina Alves



Tribunal investe em Sistema de Gravação de Audiências para reduzir tempo de sessões

O Sistema de Gravação de Audiências foi desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal através de uma parceria com o Conselho Nacional de Justiça

Rebeka Maciel

A tecnologia tem sido uma grande aliada quando o assunto é agilidade e qualidade na prestação jurisdicional. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), investindo nessa ferramenta, desenvolveu o Sistema de Gravação de Audiências, que reduz em até um terço o tempo de duração de uma audiência. O projeto piloto já está em funcionamento na 1ª Vara Cível do Recife. A expectativa é de que, no mês de agosto, comece a ser implantado em outras unidades.

O Sistema de Gravação de Audiências foi desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) do Tribunal através de uma parceria com o Conselho Nacional de Justiça. Segundo a responsável pelo projeto, Simone Barretto, através da ferramenta, torna-se desnecessária a redução a termo da audiência, que é a digitação de tudo que transcorreu na sessão. O sistema, que atualmente já se comunica com o Judwin e vai ser integrado ao Processo Judicial Eletrônico (PJe), servirá de modelo para todo o Brasil.

O coordenador do PJe em Pernambuco, juiz José Alberto de Barros Freitas Filho, destaca o processo dinâmico e seguro do projeto. “O sistema produz um arquivo confiável e traz outros benefícios, como a possibilidade de organizar a gravação através de marcadores, que especificam as partes da audiência. O ganho é notável”, ressaltou o magistrado.

O projeto funciona através de certificação digital, o que garante a segurança da informação, bem como a confidencialidade e sua integridade. Ao final de cada audiência, as gravações são enviadas para um repositório central do Tribunal.

A inovação foi aprovada pelo juiz Luiz Mário Moutinho, da 1ª Vara Cível da Capital, que já está utilizando o sistema. “Além de reduzir o tempo da audiência, porque evita a digitação, agrega outras melhorias. Por exemplo, captura a expressão de uma testemunha que está sendo ouvida, algo que um juiz não consegue explicar com palavras. Isso é de extrema importância,

inclusive, para outros magistrados que venham a atuar no processo. Além disso, diminui o volume dos autos e o uso de papel”, disse. □



O coordenador do PJe em Pernambuco, juiz José Alberto de Barros, destaca o processo dinâmico e seguro do Sistema de Gravação de Audiências

TJPE aposta na Mentoria Organizacional para facilitar a adaptação dos novos juízes

O desenvolvimento da iniciativa pioneira no Poder Judiciário tem possibilitado o alcance de respostas e alternativas aos desafios do órgão

Rosa Miranda

A solenidade de abertura do II Encontro de Vitaliciamento e Mentoria foi conduzida pelo presidente do TJPE, desembargador Jovaldo Nunes, e pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Frederico Neves

Agência Rodrigo Moreira



“Humildade, solidariedade e compromisso”, é com essas três palavras que o corregedor geral da Justiça, desembargador Frederico Neves, define uma ação pioneira na Justiça brasileira. O Programa de Mentoria implantado pela Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a partir de julho de 2012, tem propiciado aos juízes vitaliciandos o apoio de magistrados experientes, facilitando o processo de adaptação à função e ao ambiente organizacional. Essa foi a conclusão geral dos participantes do II Encontro de Vitaliciamento e Mentoria, realizado em Gravatá/PE, nos dias 16, 17 e 18 de maio de 2013.

Na abertura do encontro, o corregedor geral da Justiça, desembargador Frederico Neves, responsável pela iniciativa pioneira no Poder Judiciário, destacou que o suporte pessoal e emocional oferecido



No segundo dia do encontro, mentores e mentorados assistiram a uma apresentação do consultor Paulo Erlich e depois trocaram experiências sobre o programa

pelos mentores aos mentorados tem possibilitado o alcance de respostas e alternativas aos desafios do órgão. Essa afirmativa reflete os dados da recente avaliação do programa, feita por mentores e mentorados, apresentados na ocasião pelo consultor Paulo Erlich junto com a equipe de supervisão da Corregedoria. Entre outros aspectos, foram destacados o significativo grau de comprometimento entre os juízes participantes e a contribuição da mentoria no desenvolvimento de suas competências.

“A avaliação abrangeu apenas os seis primeiros meses de relacionamento, ou seja, metade do tempo previsto, mas os resultados já são muito relevantes, sinalizando para um elevado índice de avanço dos mentorados no alcance de suas metas e até para a evolução de muitos mentores”, afirmou Erlich. Para ele, em setembro, quando os pares completam um ano de relacionamento, uma nova avaliação mostrará os resultados consolidados. “A nossa expectativa é altamente positiva”, concluiu.

Durante o evento, os magistrados integrantes do programa puderam ainda trocar impressões sobre suas experiências de mentoria. Para a juíza Luciana Marinho Pereira de Carvalho, que participa como mentora da juíza Maria do Rosário Arruda de Oliveira, a experiência tem proporcionado crescimento pessoal e satisfação: “Para mim, tem sido gratificante, principalmente, pelo fato de ver o resultado positivo do trabalho da minha mentorada”. Luciana ressalta que Rosário tem desempenhado um trabalho comprometido e já com um equilíbrio digno de magistrados mais experientes. Por sua vez, Rosário revela que, através da mentoria, os vitaliciandos têm apoio para alcançar objetivos e gerenciar as dificuldades advindas do novo cargo. “O Programa é estruturado, sério, ético. Com o olhar sábio e direcionamento assertivo do mentor, ganhamos mais segurança”, salienta a magistrada, que ingressou no TJPE no dia 15 de junho do ano passado.

Saiba mais sobre Mentoria

Mentoria (Mentoring) é um processo voltado ao crescimento profissional e pessoal, que, embora ainda pouco conhecido das instituições públicas brasileiras, vem sendo utilizado com sucesso pelas instituições privadas, notadamente pelas empresas multinacionais. Baseia-se no relacionamento entre duas pessoas, no qual uma delas (mentor) ajuda no desenvolvimento da outra

(mentorado), através da construção de uma aliança, que cria espaço para o diálogo, propiciando reflexão, ação, aprendizado, transformação e crescimento, tanto para o mentorado quanto para o mentor. O processo de mentoria pode acontecer esporádica e espontaneamente em qualquer organização, mas também pode ser implementado de forma planejada e estruturada, como no TJPE.

O Programa de Mentoria dos Juízes Vitaliciandos da Corregedoria Geral da Justiça tem como objetivo facilitar a adaptação dos magistrados recém-ingressos ao exercício do cargo e da função judicante, considerados os seus multifacetários aspectos, bem como contribuir para que alcancem as metas e os objetivos institucionais que lhes são atribuídos.

Juízes Vitaliciandos julgam 27.177 processos em nove meses

Os 32 novos juízes de Pernambuco julgaram 27.177 processos em nove meses de atuação. Os dados de produtividade do grupo foram divulgados pela supervisora do Estágio Probatório, juíza Mariana Vargas, durante o II Encontro de Vitaliciamento e Mentoria realizado pela Corregedoria Geral da Justiça, em Gravatá/PE. “O número significativo de processos julgados revela a disposição e a capacidade de trabalho dos novos magistrados”, destacou o corregedor geral da Justiça.

A solenidade de abertura foi conduzida pelo presidente do TJPE, desembargador Jovaldo Nunes, e pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Frederico Neves, e contou com a palestra “Líderes Inspiradores”, do professor Luiz Edmundo Rosa. Na ocasião, o presidente Jovaldo Nunes destacou a importância do trabalho em equipe e da integração dos magistrados para a superação dos desafios da Instituição.

No segundo dia, os magistrados reuniram-se para falar sobre Mentoria Organizacional. Mentores e mentorados assistiram a uma apresentação do consultor Paulo Erlich e depois trocaram impressões sobre suas experiências sobre o programa. A juíza Mariana Vargas conversou com os juízes vitaliciandos sobre produtividade, mutirão de contagem eletrônica, taxa de congestionamento e sobre as metas instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Estratégia de Segurança Nacional e Segurança Pública (Enasp). Em seguida os juízes corregedores auxiliares Dario Rodrigues, André Machado e Henrique Coelho falaram sobre inspeções e correções dos serviços judiciais e extrajudiciais.

No último dia, o Núcleo de Apoio aos Juízes realizou atendimentos, analisando, junto com os juízes, os seus relatórios de contagem e de produtividade, e esclarecendo as dúvidas dos magistrados.

Pioneiro no Brasil

O objetivo do programa, que pela primeira vez é utilizado no Poder Judiciário brasileiro, é contribuir para a adaptação dos 40 magistrados recém-empossados ao exercício do cargo e função. Desse modo, eles mais facilmente se aproximarão dos objetivos e metas de produtividade e qualidade traçados pelo Tribunal.

O corregedor Frederico Neves, responsável pela implantação da ideia pioneira, ressalta a importância do trabalho conjunto de magistrados e servidores. “Faço questão de destacar o entusiasmo contagiante de três nomes marcantes no Judiciário pernambucano: Valéria Pragana e Rita Borges, pelos servidores, e Mariana Vargas, pela magistratura. Elas, sem dúvida, com indiscutível competência, conseguiram inculcar no meu espírito a convicção da importância deste projeto”, afirma. □

Corregedoria do TJPE pretende integrar comunicação de cartórios com o Malote Digital

É um sistema que visa principalmente a segurança das informações e a economia com papel e postagem de correios

Rosa Miranda



Frederico Neves: “Pernambuco quer promover a integração da Corregedoria Geral da Justiça com todas as serventias extrajudiciais por meio dessa ferramenta”

O corregedor geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves, publicou a Portaria 123/2013 que cumpre determinação do Conselho Nacional de Justiça. O objetivo era implantar o Malote Digital nas serventias extrajudiciais de todo o Estado. “Pernambuco quer promover a integração da Corregedoria Geral da Justiça com todas as serventias extrajudiciais por meio dessa ferramenta”, afirma Neves.

O Malote Digital é um sistema de troca de informações e documentos oficiais que possibilita ao remetente emitir recibo de leitura ou da não leitura do documento enviado. É uma

ferramenta que visa principalmente a segurança das informações e a economia com papel e postagem de correios. “Todos os cartórios extrajudiciais já receberam treinamento sobre o uso do sistema”, especifica a juíza corregedora auxiliar do Extrajudicial da Capital, Ana Cláudia Brandão. Depois dessa etapa, os referidos servidores começaram o cadastramento das serventias e seus respectivos usuários no Malote Digital.

Os servidores Bruno Andrade, da Assessoria de Tecnologia da Corregedoria, e Rosário Guaraná, da Assessoria do Extrajudicial da Capital, treinaram os delegatários e seus funcionários para que toda comunicação se faça utilizando essa ferramenta. □



O grupo de pedalada TJpedal foi criado com o objetivo de promover a saúde e o entrosamento dos servidores

TJpedal e a mobilidade em pauta no Tribunal de Justiça

Judiciário estadual investe em ações de mobilidade urbana para os servidores

Rafael Cavalcanti

Na crescente tendência de várias cidades ao redor do mundo, Recife tem sido cada vez mais ocupada por bicicletas. Para o lazer, a bicicleta sempre foi usada, só que agora, ela toma outros significados mais abrangentes. Cada vez mais a população da cidade monta nas bikes e sai para o trabalho, para passeios ciclísticos ou grupos de pedaladas. O aumento do uso de bicicletas na cidade é bem notado, tanto que uma ciclofaixa móvel é instalada todo domingo, ocupando toda uma faixa de carro nas principais ruas e avenidas do Recife.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) também está se inserindo nesse contexto, através da criação do grupo de pedalada TJpedal. O grupo nasceu neste ano, mas já vem crescendo e seus integrantes não pretendem parar por aí. O TJpedal nasceu da vontade de alguns servidores entre os quais o diretor adjunto da Diretoria de Infraestrutura (Diriest), Edvaldo Araújo; e os diretores da Diretoria Cível, Jorge Neves e Lúcia Aquino, de

cuidar da saúde e promover o entrosamento entre os próprios servidores. “A gente costuma ter contato com os outros servidores só no cotidiano de trabalho, no lazer é outra coisa, e a gente não costumava estar junto em situações assim. O que é o Tribunal de Justiça? É a família da gente. Vivemos mais tempo aqui do que em casa. Então para juntar essa vontade de estreitar mais o laço de amizade entre as pessoas, praticar algum esporte e melhorar a saúde, surgiu o TJPedal”, afirma Edvaldo Araújo.

A pedalada já tem logomarca, feita pelo Núcleo Audiovisual (Navi) do Tribunal de Justiça, camisa personalizada, carro de apoio, batedores, estudantes de Educação Física ajudando com alongamentos antes da saída do passeio, enfim, vem em um processo de crescimento. Tudo isso graças às parcerias que surgiram no caminho e abraçaram a ideia. O programa Saúde Legal, também do TJPE, cede quatro estagiários de Educação Física para realizar o aquecimento pré-passeio. A Assessoria Militar do Tribunal disponibiliza os batedores e o carro de apoio. O resto – água e kits de primeiros socorros – é comprado com o dinheiro da venda das camisas. Cada camisa custa R\$ 27,50, que é o preço de custo, todas de manga comprida, com malha de última geração. No entanto, o servidor que for cinco vezes para a pedalada, ganha a camisa.

Pode fazer parte do TJPedal qualquer servidor do Tribunal, e segundo Edvaldo, a ideia é iniciar uma série de parcerias, como por exemplo, com o Tribunal de Contas, a Assembleia Legislativa, a Prefeitura do Recife, a Secretaria da Fazenda e vários outros órgãos que quiserem se unir na empreitada. “Com certeza tem muita gente nessas instituições que gosta de pedalar”, aponta o diretor adjunto. A família TJPedal, como eles mesmo dizem, já tem em média 25 participantes por noite de passeio. Eles saem toda quarta-feira à noite da Rua do Imperador, em frente ao Palácio da Justiça. Edvaldo lembra, entre risos, do primeiro passeio, que saiu de Boa Viagem, e segundo ele, “foi até uma irresponsabilidade”, isso porque eles foram até a Ponte do Paiva, ou seja fizeram um

caminho muito extenso pra quem era iniciante. O grupo, por questão de segurança, não possui itinerário fixo. Cada semana eles decidem um novo percurso, na hora mesmo, antes de partirem para a pedalada.

O envolvimento dos servidores tem sido tão grande que outras ações, principalmente estruturais, vêm sendo solicitadas e realizadas de forma crescente no TJPE. Muitos servidores já não querem somente usar as bikes para pedaladas esparsas, querem se deslocar do trabalho pra casa, de casa pra o trabalho, etc. “Da minha casa pra cá, de carro, dá 40 minutos, 4,7 quilômetros; eu moro em Campo Grande. De bike, eu faço esse trajeto em 15 minutos, sem estresse, andando normal”, pontua Edvaldo. Pensando nisso, o Tribunal instalou dois bicicletários no mês de junho, um no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha de Joana Bezerra, e outro na Central de Juizados, na Imbiribeira.

Ainda mais iniciativas estão sendo pensadas e outras já quase postas em prática. Segundo Edvaldo, o problema é a mão de obra da parte de manutenção, pois eles atendem a outras demandas do Judiciário de todo o Estado, mas gradativamente as obras vão ser realizadas. Mais bicicletários em outros prédios do TJPE vão ser construídos. Esses dois primeiros, já instalados, vão servir como experiência, como objeto de observação, para que se chegue a um formato ideal, mais integrado e aperfeiçoado, para assim, ser implantado nos demais lugares, de acordo com a demanda. Além dos bicicletários, banheiros com chuveiro e armários para os servidores também fazem parte do planejamento para a infraestrutura dos prédios do Tribunal, para que os servidores possam se deslocar para o trabalho e tenham onde tomar banho e guardar seus equipamentos e roupas. A iniciativa no Tribunal conta com três bikes reserva. O agendamento para quem não tem bicicleta pode ser feito às segundas-feiras, através do ramal 3512. Para mais informações, os interessados podem acessar o blog <http://tjpedal.blogspot.com>. □

Agência Rodrigo Moreira



O bicicletário instalado pelo TJPE na Central dos Juizados Especiais de Pernambuco, no bairro da Imbiribeira

Perfil

Edson Ayres: o servidor que colore a vida com arte

A história, relevada em cores, do artista plástico e servidor do Poder Judiciário pernambucano Edson Ayres

Dyanne Melo

Naquela manhã chuvosa de um dia de maio, ainda sob o deleite da temperatura amena, resultado das águas que caíam do lado de fora do ateliê, o artista seguia compondo sua obra. Às mãos cabia a tarefa de deslizar o pincel sobre a tela, enquanto o instrumento se encarregava de imprimir, com precisão e delicadeza, contornos e cores à pintura. Os olhos fixos, apenas se permitindo acompanhar as pinceladas. Na tela de tecido, recostada num cavalete de madeira, um caboclo de lança ia sendo figurado. Ainda era possível ver no quadro alguns traços feitos a mão livre com o lápis 6B, à espera da cor. Tão colorido. Tão vivo. O pintor e sua pintura. Edson Ayres e seu caboclo de lança.

Servidor do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Edson Ayres é também artista plástico. Usando a técnica de pintura óleo sobre tela e com um trabalho de estilo figurativo, ele compõe suas obras imprimindo nelas suas marcas características: o traço forte e o colorido vibrante. No ateliê do artista, as telas parecem compor um único quadro. Ali, é possível se deparar com uma passista de frevo. Ao lado: o galo da madrugada. A burrinha de Carnaval tem seu espaço; um cortador de cana, também. Um rabequeiro; uma banda de forró; e uma orquestra, igualmente. No local, cabem ainda o casario do bairro do Recife, a feira de Caruaru, as casas antigas de Olinda, a Missa do Vaqueiro, o casamento matuto e tantas outras belezas. Cerca de 30 quadros compõem o acervo do pintor.

As cores vivas das obras não deixam o espectador indiferente. Afetam, encantam. Mas para além do colorido, e ao apreciar os quadros, o observador é igualmente afetado pelos objetos pintados, capazes de cativar, por uma lembrança de algo que já se viu intimamente, e de fazer conter, num único espaço,

tanta riqueza cultural. Pois ali, além da pequena televisão e dos materiais que o pintor usa para se expressar artisticamente, cabe um rico arcabouço da cultura material e imaterial de um povo. Do povo nordestino. É na cultura popular do Nordeste e, sobretudo, de Pernambuco, que Edson Ayres encontra os temas pelos quais perpassam suas telas.

A obra do artista plástico, com suas representações pictóricas das manifestações populares e da vida do povo nordestino, é de uma significativa beleza poética. E se a poesia é a arte de fazer obras em verso, o trabalho do artista é a arte de fazer poesia com cores. É poesia pintada em cores, assim como explicita a frase atribuída a Pablo Picasso: “A pintura nunca é prosa. É poesia que se escreve com versos de rima plástica”. Nas obras de Edson Ayres, os quadros são poesia, como se tivessem saído poeticamente da música Leão do Norte, de autoria de Lenine e Paulo César Pinheiro. Do “coração do folclore nordestino”: o “Mateus e Bastião do Boi Bumbá” e o “boneco do mestre Vitalino”; “vindo no baque solto de maracatu”; “no meio da festa de Caruaru”.

Branco

Edson Barreto Ayres nasceu em 1965, no bairro do Derby, no Recife. Filho de Severino Pedro Ayres, dono de uma sapataria, e Quitéria Barreto Ayres, dona de casa, Edson tem duas irmãs e, por parte de pai, mais três irmãos. Entre as brincadeiras da infância, e tal qual uma tela em branco a ser delineada pelos primeiros traços, o talento para o desenho surgiu nele ainda criança. O menino Edson gostava muito de desenhar, apresentando desde cedo facilidade para fazer a mão livre diversos desenhos. A aptidão de





Na tela de tecido, recostada num cavalete de madeira, Edson Ayres começa a pintar no seu ateliê um caboclo de lança

já ter nascido desenhando, conforme ele mesmo fala, é considerada por ele como um dom dado por Deus. Com tal talento ele se destacava, sobretudo, na escola, uma vez que costumava obter notas máximas na matéria de Educação Artística - disciplina que era relacionada à arte e incluía atividades como o desenho. Ademais, era habitual que muitos dos seus amigos encomendassem desenhos a ele.

À habilidade, visualizada como algo naturalizado, não foi associado um investimento para que ele desenvolvesse ainda mais sua prática. Durante a infância, deste modo, o dom que ele tinha não se traduziu na prática da pintura, o que só veio acontecer anos mais tarde, por interesse dele, mas graças, sobretudo, ao incentivo de uma colega, conforme ele explica mais adiante. Edson estudou nos Colégios Joaquim Távora; Othon Paraíso; e, no Colégio São José, onde terminou o Segundo Grau. Antes disso, contudo, ele começou, com 16 anos, a trabalhar no comércio vendendo tecidos. Quando do término do Segundo Grau, Edson tentou vestibular para o curso de Direito. Não estava “pintada” sua aprovação. Nem tentou mais depois, outras cores vieram colorir a vida.

Verde

Durante os cinco anos em que passou vendendo tecidos, Edson costumava elaborar as faixas para os letreiros de algumas lojas, graças à habilidade que tinha para desenhar. Desse talento veio sua primeira premiação, quando ele participou, em 1985, de um concurso de cartazes do Serviço Social do Comércio (Sesc), cujo tema era “Carnaval”. Entre risos, Edson recorda como soube que ganhou. Certo tempo após participar do concurso, ele foi ao Sesc saber quem havia vencido. Lá estando, foi informado de que o primeiro colocado não tinha se apresentado, ao passo que ele indagou qual era o nome do vencedor. À resposta ouvida se seguiu um entusiasmo: “Sou eu, minha amiga!”.

Em 1988, Edson ingressou no Poder Judiciário pernambucano, onde trabalhou inicialmente no 2º Acervo de Casamento da Capital. Trabalhava atendendo ao público, com 2ª via de registro civil de casamento, emissão de averbações de separação, divórcio, interdições, entre outros. Foi nesse local de trabalho que uma colega o fez despertar para o interesse pela pintura. Uma caixinha com tintas

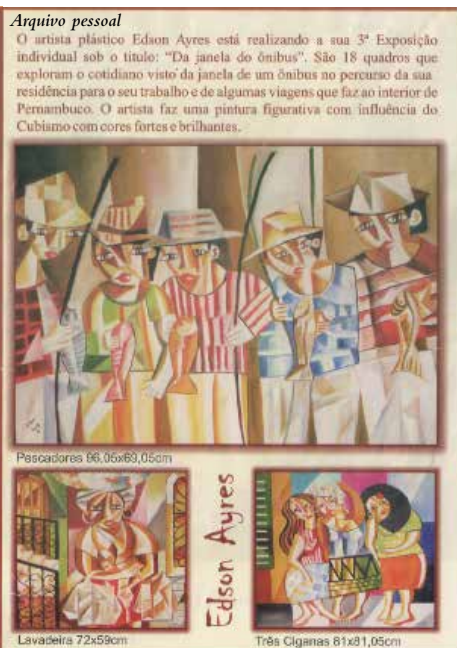
e pincéis. Esse foi o presente que Edson ganhou da colega de trabalho por ocasião de um amigo secreto, realizado no final de 1996. No ano seguinte, e para desenvolver a técnica da pintura, Edson entrou no curso da Escola Linha de Horizonte, que funcionava no Edifício Seguradora, no centro do Recife. As aulas eram ministradas pelo professor Ademir Leal, que segundo Edson, havia sido aluno de Vicente do Rego Monteiro – importante artista plástico pernambucano. Antes de aprender sobre a pintura em tela, contudo, todos os alunos do curso precisavam passar, durante um ano e meio, pelo ensinamento do desenho a mão livre, o que Edson considerava que não necessitava, já que tinha o dom dado por Deus e havia “nascido desenhando”. Graças, também, à prática adquirida de fazer os letreiros para as lojas, na época de comerciário.

Além do aprendizado sobre as técnicas, como o estudo da luz e sombra e o uso das cores, Edson não esquece os conselhos de seu professor. Um, em especial, foi guardado com mais carinho. O mestre sempre incentivava os alunos a inovar nas pinturas, buscando por suas próprias linhas de expressão, a fim de serem reconhecidos pelo trabalho e obterem sucesso. “Meu professor dizia para que eu fugisse do normal, ‘quebrasse’ o normal, para que minha

pintura tivesse o meu traço”, lembra o pintor. Sobre a descoberta da forma de expressão artística que adotaria em suas obras, o artista conta que a aprendizagem se deu aos poucos, fruto de uma briga consigo mesmo, como ele classificou. “O artista vai se descobrindo aos poucos. Fui pesquisando pintores e me aprimorando”, completa. Dessas pesquisas e descobertas, Edson se descobriu e se encontrou em obras que seguem uma pincelada com cores fortes e traços verticais. Tais traços vêm da tendência do autor ao Cubismo (movimento artístico surgido no século XX), haja vista que Edson aprecia o trabalho do pintor, escultor e desenhista espanhol Pablo Picasso. É do artista espanhol uma das obras mais admiradas por Edson: o quadro *Guernica* (1937). Outros artistas também compõem a paleta de influências do artista e servidor do TJPE. São exemplos apreciados por ele: Di Cavalcanti, Cândido Portinari, Marc Chagall e Cícero Dias, a quem Edson admira as cores das obras. “Eu vejo o trabalho desses artistas, e eles são minhas influências para que o meu trabalho fique cada vez mais bonito”, completa. Quando perguntado sobre o porquê da escolha em pintar temas relacionados à cultura nordestina, Edson responde, contudo, com a mais genuína das motivações. “Porque eu sou nordestino e gosto de pintar a cultura

Edson Ayres compõe suas obras imprimindo nelas marcas características: o traço forte e o colorido vibrante

Folheto de divulgação da exposição do artista plástico, que tinha o título “Da janela do ônibus”



do Nordeste, que se reveste de cores como o Carnaval e o São João”, falou em tom descontraído. Pode-se afirmar que a alegria é a mensagem principal transmitida nas obras do pintor. “Eu gosto de pintar o colorido, uma coisa alegre e vibrante, como as cores do Nordeste. Porque o Nordeste é cheio de cor, tem os coqueiros, tem o mar, tem o Carnaval, como um arco-íris que tem várias tonalidades”, explicou.

Amarelo

Para pintar os quadros, Edson Ayres segue uma rotina própria. Acorda cedinho para ir à praia caminhar. Depois do exercício matinal, ele segue para o seu ateliê, localizado no final da rua onde mora, no bairro de Candeias, em Jaboatão dos Guararapes. À tarde, troca os pincéis pelos papéis do Tribunal de Justiça. Sobre o processo de criação da sua obra, ele diz que tudo começa com um rabisco, um desenho numa folha de papel A4, cuja inspiração pode aparecer em qualquer lugar. O artista confidencia que o desenho rabiscado é essencial, pois se ele o perder, não consegue mais fazer o quadro, uma vez que é um trabalho criado e não uma cópia. Edson destaca, assim, o caráter singular de suas obras, afirmando que não gosta de fazer reproduções de outros quadros, enaltecendo o gosto pelo processo criativo. Depois que o desenho é passado

para a tela, o artista “mela” o quadro com uma “primeira mão” e o deixa enxugando por uns três dias. Na segunda “mão”, o pintor vai redesenhado a pintura, retocando as cores, entre outros processos. Todos os quadros são pintados com a técnica óleo sobre tela. Ele diz preferir tal técnica uma vez que a tinta a óleo demora mais para secar, sendo possível assim realizar os retoques e trabalhar melhor as cores na tela. O tempo para concluir uma obra costuma variar, de acordo com ele, entre duas semanas a um mês, dependendo do tamanho da tela ou do painel, haja vista que “cada quadro é uma história”.

As duas primeiras exposições do trabalho do artista plástico ocorreram ainda durante o curso na Escola Linha do Horizonte, em 1997 e 1998. Foram exposições coletivas, junto com outros também alunos, ambas no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. A primeira exposição individual veio em 2001, no Museu Murillo La Greca, no bairro do Parnamirim, no Recife. Na ocasião, foram expostos quadros com o tema Nordeste. Além da expectativa e ansiedade vivenciadas nessa primeira exposição individual, Edson conta que teve que financiar os custos do evento com o dinheiro do 13º salário que ganhava como servidor do Poder Judiciário pernambucano, em despesas com molduras, buffet e garçom, por

exemplo. Ele lembra que ao evento só compareceram 60 pessoas e nenhum quadro foi vendido.

No ano seguinte, ele expôs individualmente no Shopping Center Recife. Coletivamente expôs também no Tribunal de Justiça de Pernambuco, nos anos 2003, 2004 e 2012. O artista plástico realizou também, em 2006, uma exposição no Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, situado na Rua do Imperador, bairro de Santo Antônio. O tema para os quadros dessa exibição veio a partir da observação do cotidiano que ele avistava da janela do ônibus no caminho de sua residência para o trabalho, bem como de uma das viagens do pintor ao interior de Pernambuco, quando das vendas dos biquínis que produz junto com sua esposa Zenilda. Sentado no transporte que o levava rumo às cidades pernambucanas, ele observava a paisagem por onde passava. Uma dessas, no entanto, lhe chamou mais a atenção: a de homens puxando animais que carregavam em seus lombos a cana-de-açúcar cortada, os quais soube depois que eram denominados cambiteiros. “Da janela do ônibus” foi o título da exposição, que contou com 18 quadros, todos vendidos desta vez. Em 2008, Edson participou da Feira Nacional de Negócios do Artesanato (Feneart). Nesse mesmo ano, ele ganhou o 2º lugar no concurso de pintura Salão de Arte da



Agência Rodrigo Moreira



A obra do artista plástico, com suas representações pictóricas das manifestações populares



Os temas nordestinos são as maiores fontes de inspiração do pintor, que tem na arte uma forma de terapia

Aeronáutica de Pernambuco. O artista ainda exportou quadros para Portugal e Itália.

Cinza

Sobre a carreira do artista plástico, Edson a considera muito difícil, haja vista a valorização tardia do valor financeiro da obra, que na maioria das vezes se dá com o artista depois de morto, como ele mesmo pondera. A burocracia para expor em alguns locais, a dificuldade na obtenção de patrocínio, e um mercado de artes local que não tem a mesma força como no Rio de Janeiro e em São Paulo, são também entraves ao desenvolvimento do artista. Apesar das dificuldades, Edson conseguiu aprimorar e divulgar seu trabalho. Com olhos pintados de orgulho e gratidão pelo reconhecimento da atividade que vem realizando, Edson afirma: “Graças a Deus meu trabalho está sendo bem aceito na sociedade pernambucana. É muito gratificante ver as pessoas gostando e comentando sobre meu trabalho”. Para o

artista, a pintura é uma forma de terapia. Quando se está pintando, ele diz, é possível “esquecer o mundo”, encontrando um alívio para o estresse e os problemas do dia-a-dia. Por várias vezes, ele enfatiza: “A arte me dá prazer”. Tudo isso mostra a capacidade do pintor de ser resistente, de não desistir mesmo diante das dificuldades e de sempre acreditar no talento que possui. Quando da sua primeira exposição, aquela em que precisou custear as despesas com o 13º salário e não teve um quadro vendido, a lembrança da conversa tida com a colega e artista plástica Inês Fonseca ficou em sua memória. Ele conta que na ocasião poderia ter desistido das artes plásticas, mas preferiu encarar os gastos como sendo investimentos, assim como Inês Fonseca havia dito. Ele fala que começou vendendo para um amigo, um parente, até que “daqui a pouco você começa a vender para uma pessoa que você nunca viu, aí você começa a ver seu trabalho sendo reconhecido”, fala Edson sobre si mesmo. Ele recorda um verso

pelo qual possui grande estima, do poeta Fernando Pessoa: “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”. E nos mostra um ensinamento antigo e profundo esquecido muitas vezes: “Se você não acreditar em si mesmo, quem é que vai acreditar?”.

O trabalho de Edson Ayres teve reconhecimento em aparições e publicações nos meios de comunicação, como no programa Rhaldney Santos apresenta O melhor do Nordeste, quando da realização do 4º Leilão do Artista Solidário, coordenado por Rhaldney Santos, no ano de 2006; e na edição 2012 da Casa Cor Pernambuco, com a exposição de dois quadros e um painel. O total de trabalhos já produzidos, Edson não sabe informar ao certo. Estima que seja um número por volta de 300 obras. Curioso e paradoxal, contudo, é a quantidade de obras de autoria própria que o pintor tem em sua casa: apenas uma. “Santo de casa não faz milagre”, brinca. A tela, ele informa, fica no corredor do apartamento, e retrata um homem com um violão num



Um dos mosaicos pintados pelo artista, que está exposto na Associação dos Servidores do Poder Judiciário de Pernambuco

casarão do Bairro do Recife. A obra foi a primeira produção do artista, talvez venha disso a sua exclusividade na casa. No momento, o artista está planejando a realização de mais uma exposição individual, cujo tema será “Meu povo, minha cultura, meu Pernambuco”. No ateliê, estão alguns quadros já prontos. A ideia é que o evento aconteça no final deste ano.

Marrom

Ao tempo em que ia desenvolvendo a arte da pintura, Edson Ayres seguia trilhando seu caminho na Justiça pernambucana. Por dez anos ele foi chefe do 2º Acervo de Casamento. Quando do repasse dos acervos para os Cartórios de Registro Civil, Edson foi lotado na biblioteca do Tribunal, assim como outros funcionários que se encontravam nos acervos e foram relocados. Na biblioteca, localizada no térreo do Palácio da Justiça, Edson trabalha com os periódicos e, algumas vezes, com atendimento ao público. O servidor e artista considera o ambiente de trabalho muito bom, onde possui ótimos amigos, como ele mesmo afirma. Edson conta com o apoio dos amigos servidores, que sempre comparecem às suas exposições. Ele lembra um fato curioso que ocorreu com o então desembargador Og Fernandes. Certa vez o magistrado, hoje ministro do Superior Tribunal de Justiça, pediu que Edson pintasse um quadro com um juiz nordestino, com toga e chapéu de couro. O pedido inusitado, contudo, não se

concretizou por falta de tempo do pintor. Quando questionado se faria uma exposição com temas ligados à Justiça, ele pondera e afirma que poderia até ter feito ou pensar em fazer, mas que seria preciso pesquisar e estudar, como ele costuma proceder antes de elaborar os quadros. Edson recorda também que o desembargador aposentado Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho ganhou um quadro do pintor: uma mulher com vaso de flores. O servidor Edson Ayres diz sempre ter procurado conciliar o ofício no Poder Judiciário pernambucano e a carreira como artista plástico. Nunca pensou em largar o trabalho no TJPE para se dedicar exclusivamente à pintura, sobretudo, por conta das dificuldades da vida de pintor. Ele afirma que pretende se dedicar mais à sua arte quando se aposentar.

Azul

Edson é casado há 24 anos com Zenilda. De todas as cores presentes no matrimônio, duas em especial colorem de orgulho a vida do casal: os filhos Bruno e Bianca. Bianca tem 18 anos e faz o curso de Direito. Já Bruno, 22, preferiu não cursar Direito como o pai sugeria. Faz Engenharia Ambiental. Edson confia que, por conta da vivência no Tribunal, com um trabalho relacionado à área jurídica, e acrescido ao fato dos filhos “estarem grandes”, como ele mesmo pondera, ainda cogita cursar Direito. “Estou pensando se dá tempo ainda, acho que dá”, fala em tom bem-humorado. Os filhos e a esposa sempre estão presentes nas suas exposições, apoiando o artista. Duas pessoas da família que ele diz serem muito interessadas no seu trabalho: sua irmã Fátima Ayres, também servidora do TJPE, e seu cunhado Maurício Martiniano, esposo de Fátima e servidor do TJPE aposentado. A irmã costuma avisá-lo sobre concursos de pintura e exposições, estimulando-o a participar. “Ela me apoia muito, me incentiva”, diz com gratidão. Fátima fala entusiasmada sobre o trabalho do irmão, conta que costuma ir a exposições com ele, e que possui em sua casa quadros que Edson pintou. “Ele se sente bem, se sente realizado. E ele estando feliz, eu estou feliz também”, declarou. A Sétima Arte também é apreciada pelo pintor. No tempo livre ele gosta de assistir a filmes de ação e a alguns de suspense. Ele conta que tem o hábito de locar filmes na Cinemateca que existe no Palácio, ou pegá-los numa locadora perto da sua casa. A expressão religiosa também distingue o pintor. De religião católica, ele enfatiza a crença no Deus superior, com o qual ele diz poder contar e conversar em todos os momentos. “Ele sempre me ouviu na hora da angústia e na hora da alegria”, falou emocionado.

É com emoção também que Edson Ayres lembra um pedido de um colega médico, que rogava: “Nunca deixe de pintar”. A frase não foi esquecida, conta Edson, principalmente nos momentos de desânimo. “Eu não pretendo parar, porque isso clareia a minha alma, me deixa feliz”, completa. A vontade de jamais deixar de pintar é a vontade de seguir transmitindo cor ao quadro, à vida. Como se a vida toda de uma pessoa pudesse ser comparada a um quadro, que vai ganhando contornos, formas e cores à medida que o tempo vai passando. Assim, e tendo as cores significados simbólicos associados, é possível afirmar que, durante a vida, pode-se passar pelo branco da pureza, verde da esperança, amarelo da criatividade e alegria, cinza das dificuldades, marrom da maturidade e responsabilidade, e o azul do afeto. Ou há que se passar por um arco-íris inteiro, surgido após a chuva. Chuva como aquela que caía numa manhã de maio. □

A maternidade limitada

A maternidade possível por técnicas de reprodução medicamente assistida fica, a partir de agora, limitada aos cinquenta anos, nos termos da Resolução nº 2.013/13, do Conselho Federal de Medicina, publicada no dia 10 de maio deste ano no Diário Oficial da União. Acontece em plena vizinhança ao “Dia das Mães”.

A nova Resolução estabelece normas éticas para a utilização das técnicas de RMA, como dispositivos deontológicos a serem seguidos pelos médicos, revoga a Resolução CFM n.1.957/2010 e ainda define termos para a doação compartilhada de óvulos, descarte de embriões criopreservados e outras medidas bioéticas.

O limite etário para a maternidade, com uso de tais técnicas, inclusive para a gestação de substituição, por doação temporária do útero, é fixado em cinquenta anos, ou seja, para o pretendido efeito de harmonizar as técnicas de reprodução com princípios da ética médica, vincula a fase reprodutiva da mulher com freios inibitórios aos seus direitos procriativos após a idade cinquentenária.

Em bom rigor, a norma ético-limitadora considera de aplicação geral a ideia de riscos obstétricos em gravidez tardia, sem a avaliação dos casos concretos das condições biológicas de mulheres que, em idade mais avançada, possam se submeter aos procedimentos.

De notar que legislações estrangeiras que tratam de disciplinar a reprodução assistida, a exemplo dos Estados Unidos, Portugal, Espanha e França, não estabelecem limites máximos etários e específicos para a procriação. Apenas obrigam, como no caso da Lei portuguesa nº 32/2006, de 26 de julho (art. 6º, 2), que as técnicas só possam ser utilizadas em benefício de quem tenha, pelo menos, dezoito anos de idade.

Lado outro, o mesmo limite etário para as gestações por outrem, desconsidera situações bem sucedidas de mães substitutas, além dos cinquenta anos. Mães portadoras que eram ao mesmo tempo avós, em idades superiores ao limite agora fixado, demonstram, na prática, a impertinência científica e social da limitação imposta.

Aos 51 anos, a agente de saúde Rosinete Palmeira Ferrão foi a primeira avó brasileira e no mundo a gerar netos gêmeos (Antonio Bento e Vitor Gabriel), através das técnicas de fertilização in vitro (Recife, 2007), quando antes, pioneiramente, em Nova Lima (MG), uma criança foi gerada pela avó. A engenheira Veridiana do Vale Meneses, de Nova Lima, na Grande Belo Horizonte, teve sua filha Bianca quando sua sogra, Elisabeth Sales, aos 53 anos, emprestou seu útero à nora e ao filho Fabiano. (30.05.2004). Ano passado, em Santa Helena (GO), a avó Maria da Glória, também de 51 anos, após emagrecer onze quilos, possibilitou à filha Fernanda Medeiros (33 anos) ser mãe quando, por técnicas de RMA promovidas pelo SUS, emprestou o útero.

Mas não é só. A limitação de idade implica em frustração severa a projetos parentais arriados legitimamente sob o direito

à procriação, servindo como exemplo dignificante e eloquente o caso de Antônia Letícia, de Santos (SP), que por mais de vinte anos perseverou em seu projeto de procriação, obtendo, após três tentativas inexitosas de inseminação artificial, um casal de gêmeos (Sofia e Roberto), em 23 de outubro do ano passado. Exatamente aos 61 anos de idade.

O ginecologista Orlando de Castro Neto foi enfático: “A idade não pesou em nada. A única condição é ter útero. Hoje em dia, por meio de medicamentos, você consegue fazer o processo (...) ela me deu muito menos trabalho do que grávidas bem mais jovens”.

No ponto, segundo o médico, “o fator de limitação é o histórico clínico da mulher”, isto significando, afinal, que a limitação etária, nada obstante a idade ser considerada pelo risco obstétrico, pode representar apenas preconceito incabível.

Demais disso, vale lembrar que o médico obstetra Artur Dzik, presidente da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana (SBRH), considerou, ao tempo daquele evento, que “o que é sugerido pela SBRH é um limite de até 55 anos. A idade de 61 anos é discutível pelo aspecto social, mas o processo realizado não pode ser considerado antiético” (Fonte: G1.globo.com/, em 25.10.2012). Pois bem.

Sabido e consabido o fenômeno crescente de mulheres que, nas duas últimas décadas, permanecem “childless” (sem filhos), em nova realidade da maternidade postergada, quando são adiados os projetos parentais para prioridade da carreira e/ou da estabilidade financeira, a maternidade protraída agora enfrenta este componente novo, o da limitação etária, quando as futuras mães, então, precisarem do emprego de técnicas de procriação assistida.

Como a família ocupa, sempre, o primeiro lugar na escala de valores e os filhos são considerados indispensáveis ao equilíbrio conjugal ou convivencial, não custa lembrar, portanto, da importância da função parental da maternidade, quando a psicóloga Pascale Donati (2000), sublinha, com destaque, que “a não procriação é um afastamento da norma”.

Neste sentido, vale a advertência de Elisabeth Badinter, quando recorda o reclamo histórico de Rosseau (Século XVIII), em sua obra “Émile”, no sentido de a sociedade reinvestir na função materna.

Com efeito, quando se trate de projeto parental que exorte a reprodução assistida, não deve haver qualquer ato regulatório que limite mulheres de poderem ser mães. A limitação não pode ser escrita, salvo pelas próprias condições pessoais, e a tanto isto exigirá o exame do caso concreto.

Muito ao contrário, quem detenha as condições de ser mãe, independente do limite etário, deverá ter seu direito reprodutivo assegurado por pareceres médicos, intervindo, se preciso for, os conselhos regionais de medicina para a devida avaliação.

Por este viés, a maternidade mantém o seu espaço sagrado, sem conflitos e sem vedações. □



Jones Figueirêdo Alves – O autor do artigo é desembargador decano do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Diretor nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), coordena a Comissão de Magistratura de Família. Autor de obras jurídicas de direito civil e processo civil. Integra a Academia Pernambucana de Letras Jurídicas (APLJ).

“Glória Feita de Sangue” (1957), de Stanley Kubrick: o horror tacanho e inexorável da 1ª Guerra Mundial no maior libelo antimilitarista jamais filmado

Nivaldo Mulatinho Filho

Epígrafes:

“O Patriotismo é o último refúgio dos canalhas”.

(Frase de Samuel Johnson – 1709-1784, citada pelo coronel Dax, o personagem de Kirk Douglas, nas trincheiras da guerra, para o general Mireau).

- Senhores, há momentos em que me envergonho de fazer parte da raça humana e este é um deles.

(Palavras iniciais do coronel Dax, o advogado de Defesa dos três soldados franceses, tidos como desertores e covardes, condenados à pena de morte, no julgamento de uma falsa Corte Marcial, orquestrada pelo general Mireau, que deu a ordem para um ataque quase suicida, em 1916, na chamada Frente Ocidental).

“À beira do lugar comum, Kubrick cria uma das cenas de maior força catártica já oferecidas pela Sétima Arte”.

(José Lino Grünwald, *Jornal de Letras*, outubro/1958, escrevendo sobre o episódio último do filme, acontecido no pequeno ambiente de um Café, com uma jovem alemã e os soldados franceses, resgatando, para o coronel Dax, um valor que ele sentia perdido).

O conflito mundial que inaugurou o século XX marcou-se pelos arroubos de fervor cívico e os delírios nacionalistas. O filme do nova-iorquino Stanley Kubrick (1928-1999) – que tem o título original de “*Paths of Glory*”, e é, talvez, a obra-prima do cineasta chamado o poeta da imagem, o diretor-criador do monumental “*Spartacus*” (1960), de “*Lolita*” (1962) e “*2001 – Uma Odisseia no Espaço*” (1968), e do polêmico e indispensável “*Laranja Mecânica*” (1971), entre outros, todos, simplesmente todos, para os nossos olhos, agora em DVD ou Blu-ray – faz uma adaptação do romance de Humphrey Cobb, livro publicado em 1935, que parte de fatos reais ocorridos em 1916, quando



a Grande Guerra (1914-1918) atingia um grau de violência inaudito. E era, ainda, em suma, um embate bélico entre a Alemanha expansionista, a França revanchista e a Inglaterra que disputava os mares onde navegavam os velhos e os modernos Estados europeus. Vivia-se o alvorecer do século passado. O século de Hitler e de Stálin. E da bomba atômica.

A citação que o coronel Dax (Kirk Douglas) faz de Samuel Johnson, o poeta e crítico inglês do século 18, acontece no primeiro encontro que ele tem com o general Mireau (George Macready), nas trincheiras, depois de receber dele a ordem para tomar, em nome do patriotismo dos homens da França, no dia seguinte, a qualquer custo, uma cidadela, situada em uma elevação tida como inexpugnável, o “Formigueiro” alemão. Uma tarefa quase suicida, naquele momento do conflito, diante das baixas já sofridas pelos regimentos franceses. Na denominada Frente Ocidental, os reforços, enfaticamente prometidos, tardavam a chegar. Ameaçado de perder o comando, pois deixou o general irado, inflexível, o coronel Dax resolve não abandonar os soldados da sua tropa, que conhecia tão bem, naquela hora cruenta. Aceita a missão.



the shattering impact of this story....Perhaps the most explosive pictures in 25 years !

Kirk Douglas

Paths of Glory

A meta do general Mireau é ser promovido e condecorado, mesmo na vivência de um período negro da 1ª Guerra, tudo sob o incentivo e as promessas do seu colega e amigo, o cínico General Broulard (Adolphe Menjou), um oficial politicamente forte e sem escrúpulos.

Existe uma ética dos campos de batalha?

A maior parte da Grande Guerra foi travada em trincheiras ou entre linhas de trincheiras. Cavadas com profundidade suficiente para abrigar os homens do fogo inimigo. Para atacar, as tropas, carregando rifles e equipamentos pesados, precisavam escalar as trincheiras sobre o parapeito protetor e avançar até a terra de ninguém, em direção aos pontos adversários. Presentes o clarão de fogo das metralhadoras e rifles, as bombas e as granadas, o gás venenoso e o lança-chamas que tornavam as defesas inimigas comumente letais. Os mortos, como escreveu um dos cronistas da guerra, “pendiam como frutas em estado de apodrecimento do emaranhado de arame farpado”. Os ataques, através desse terreno infernal, eram precedidos de bombardeios das artilharias – guiados, esses bombardeios, pela primeira vez na história das guerras, por “aviões de observação”.

No caso do filme “Paths of Glory”, os caminhos da missão do coronel Dax são inglórios. O fogo inimigo é terrível. Os soldados andam apenas alguns metros na terra de ninguém. Os que não caem, mortos ou feridos, voltam. Um dos batalhões nem consegue sair da trincheira. O general Mireau, que acompanha as ações de binóculos, afastado do foco da batalha, com fúria na voz, chega a ordenar que a artilharia alveje os soldados franceses para fazê-los deixar as trincheiras e continuar o ataque. A criminosa ordem do general não é cumprida. No comando da artilharia, o capitão Rousseau manda avisar, do seu posto, que só cumpriria a ordem por escrito. A ordem não vem.

O absoluto fracasso da missão militar é atribuído pelo general Mireau à covardia e à insubordinação do regimento francês. Três homens, um de cada batalhão atuante, são levados para uma Corte Marcial improvisada, logo após o conflito, e, “como lição

para todo o exército”, na linguagem dos julgadores, condenados à morte, embora tenham sido defendidos, com toda a veemência, pelo coronel Dax, um consagrado criminalista na vida civil. Valeu a posição do promotor (um tenente que, nas cenas anteriores do filme, é visto bajulando o general Mireau). Durante as falas da Corte Marcial, a câmera de Kubrick vai detalhando os rostos dos comandantes e dos comandados para mostrar o abismo entre eles, fatalmente ampliado pelo conflito bélico. Ou para sugerir, como o historiador Gavin Lambert, que a guerra é mera extensão das políticas de paz, uma extensão da luta pelo poder. O poder total, interno e externo. O poder que os Estados querem pleno. O coronel Dax sabe que a bravura dos verdadeiros soldados ficou desprezada. No caso de punição, ele, que comandou os soldados, deveria ser condenado em primeiro lugar, como disse claramente aos generais, antes da convocação da Corte Marcial. No julgamento, como assinalado na epígrafe, o coronel Dax declara-se envergonhado. Estabelecidas as penas de morte, ele vai saber, logo que são encerrados os trabalhos da Corte Militar, através do capitão Rousseau, do episódio mais absurdo (e concretamente covarde) daquele ataque militar frustrado: a ordem do general Mireau para que atrassem nos seus próprios soldados.

O coronel Dax, na sua reflexão sobre a condição humana, terá mais motivos ainda para se envergonhar. E também para sentir repulsa e indignação. “Seus homens morreram muito bem !”, é a frase que ele ouve, dita, com ênfase, pelo general Mireau, no encontro que os dois têm, na presença do general Broulard, logo no dia seguinte à execução ditada pela Corte subserviente. Os fuzilamentos dos três soldados, no pátio de um castelo, realizam-se na presença de especiais convidados civis. Uma cerimônia que teve “imponência”, na visão do general Mireau, que se mostra muito falante e orgulhoso, até saber do Inquérito a ser instaurado contra ele. Sente-se, então, traído. Nega ter dado a ordem de ataque aos soldados franceses, apesar dos depoimentos escritos de testemunhas presenciais (capitães de artilharia), documentos que o coronel Dax apresentou ao general Broulard, na noite anterior à



execução das penas de morte, na vã tentativa de salvar os condenados.

Mas Broulard quis a execução. O “caso Mireau” ficou para depois.

“A França não pode admitir tolos dirigindo os seus destinos militares”, enfatiza o general Broulard, no momento em que oferece o posto, que era do general Mireau, ao coronel Dax. Uma promoção merecida e “cuidadosamente planejada”, diz Broulard, acreditando na completa satisfação do coronel. Dax rejeita o comando que nunca procurou, mandando o general “para o inferno”, depois de chamá-lo de “velho degenerado e sádico”. Broulard fica agitado e faz, logo, um discurso de heroísmo. Afirma que Dax o decepcionou, deixando-se levar pelo sentimentalismo, agindo como um idealista. Os homens não lutaram e por isso morreram. Há uma guerra, precisamos vencer. E o general completa tudo com uma pergunta: “Onde foi que errei?”.

O filme “Glória Feita de Sangue” causou polémica desde a primeira exibição. Foi retirado do Festival de Cinema de Berlim. Esteve proibido em França até 1974. Teve censura do exército suíço até 1970. O exército dos Estados Unidos o proibiu nas suas bases da Europa.

“São os horrores da guerra que, por vezes, nos revelam o que temos em comum”.

Essa ironia, que tem uma lágrima escondida, é o conceito central de “A Grande Ilusão”, de Jean Renoir, um mestre do cinema francês, filme exibido em 1937. A narrativa se desenvolve num campo de prisioneiros da Alemanha, onde o singular comandante (Erich von Stroheim) procura criar com os oficiais de outros países (entre eles o militar francês, vivido por Jean Gabin) uma miniatura de sociedade, baseada na honra e na ordem, em um sistema de respeito mútuo e solidariedade. Um filme sobre a Grande Guerra que não tem uma única cena de combate, porém cria personagens e diálogos, mais devastadores e nocivos, na sua mensagem humanista, do que as armas e as bombas de qualquer inimigo. Foi, inclusive, anunciado como “o inimigo público número um em forma de filme” pelo ministro Joseph Goebbels, que apreendeu o seu negativo original quando da ocupação nazista, em junho de 1940. A ocupação na terra onde iria nascer o cinema de vanguarda dos anos 60.

“A Grande Ilusão” aparece quando as nuvens da Segunda Guerra Mundial estavam se formando e “Glória Feita de Sangue” veio ao final da década de 50, no auge do sectarismo político gerado pelo que se chamou de “guerra fria”.

Os dois filmes estão no mesmo patamar artístico: formam uma consciência crítica sobre as guerras, todas as guerras.

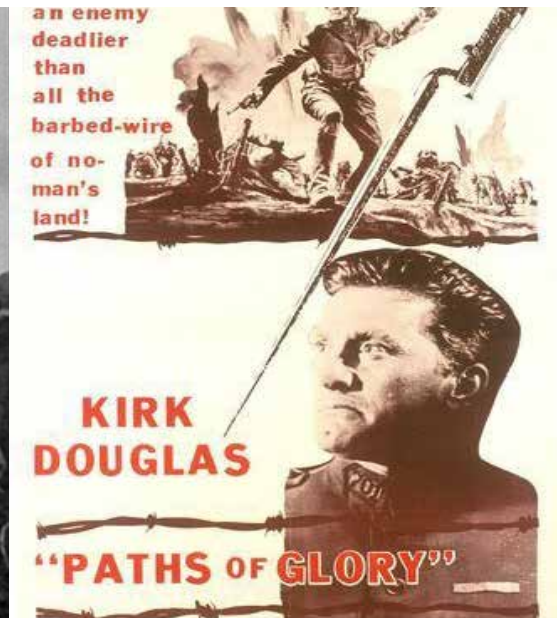
O filme de Kubrick não tem heróis, pelo menos no sentido mais comum do termo. Mas se reveste de uma unidade primorosa em torno do seu protagonista central, o



coronel Dax, que, derrotado como defensor dos soldados, pôde, no final da narrativa, perceber que a fraternidade humana é um valor capaz de continuar incólume, ao longo do despotismo, das humilhações ou dos interesses de cada um de nós. O que ele vê se realiza livre de qualquer deturpação, de qualquer emblema racista, moral, político ou religioso. De qualquer patriotismo.

O poeta, tradutor e crítico carioca, José Lino Grünewald sublinhou a catarse (a viva purgação) que o filme traz no seu episódio último. O dono do pequeno Café, perto do front, lança uma receosa jovem alemã aos olhos e à lascívia dos soldados franceses, apresentando-a como um encanto trazido “pela maré da guerra”. Ela começa a cantar. A voz dela, entoando, sem nenhuma arte, uma canção de sua pátria, passa, pouco a pouco, a emergir do barulho dos homens, para, afinal, ser acompanhada por todos. Alguns cantam. Outros choram. Emocionados cada um deles. A cena tem um sabor antológico. Em palavras, creio, só caberia uma descrição da pena invulgar de Stendhal (1783-1842), um

escritor dedicado ao que ele próprio chamava de conhecimento do coração humano. O autor de “O Vermelho e o Negro” teve, na juventude, uma experiência militar na cavalaria do exército de Napoleão. Foi “tenente de dragões” de França. E um esteta apaixonado, a ser lido sempre. Talvez permitisse a minha paráfrase: a voz feminina é uma promessa de felicidade. □



O QUE É

SUSTENTABILIDADE

E O QUE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA TEM A VER COM ISSO?

Sustentabilidade é a capacidade de manter-se inserido num ambiente diminuindo os impactos negativos na economia, sociedade, cultura e natureza. Pensando nisto, o Tribunal de Justiça de Pernambuco criou em 2008 o Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, com o objetivo formar e recuperar, no âmbito do Judiciário pernambucano, um ambiente ecologicamente equilibrado e conscientizar servidores e jurisdicionados sobre práticas socialmente responsáveis, economicamente viáveis, culturalmente aceitáveis e ambientalmente sustentáveis. Conheça as ações do Núcleo e faça parte desta iniciativa!

Maiores informações pelo 81 3419.3451
e pelo sgp.sustentabilidade@tjpe.jus.br



